

# ALTO TÂMEGA | Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial



# ALTO TÂMEGA | Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial

Este documento contém os elementos de suporte à candidatura da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega à aprovação do respetivo Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, em resposta ao convite nº 03/2015, 17-03-2015.

Os elementos são apresentados de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, adotando as indicações e limites constantes do formulário eletrónico de candidatura disponível no Balcão 2020.

Sociedade Portuguesa de Inovação

PR-02100

Março de 2015

*Imagem da capa: A Terceira Dimensão*

|       |   |    |
|-------|---|----|
| 1.    | CARACTERIZAÇÃO DO PROMOTOR .....  | 1  |
| 1.1   | Identificação do Promotor .....   | 1  |
| 1.2   | Identificação do Responsável Técnico da Operação.....   | 1  |
| 1.3   | Experiência do Promotor.....  | 2  |
| 1.4   | Identificação dos Copromotores Não Municipais.....  | 3  |
| 2.    | CARACTERIZAÇÃO DO PACTO .....   | 4  |
| 2.1   | Identificação da área de intervenção do Pacto .....   | 4  |
| 2.2   | Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial.....  | 5  |
| 2.2.1 | Situação atual do território .....  | 5  |
| 2.2.2 | Principais Oportunidades .....  | 9  |
| 2.2.3 | Principais Ameaças.....   | 9  |
| 2.2.4 | Principais Pontos Fortes .....  | 9  |
| 2.2.5 | Principais Pontos Fracos .....  | 10 |
| 2.2.6 | Desafios e Fatores Críticos de Sucesso.....   | 10 |
| 2.3   | Estratégia .....  | 12 |
| 2.3.1 | Objetivos e vocação específica do ITI .....   | 12 |
| 2.3.2 | Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto .....   | 16 |
| 2.3.3 | Valor económico e social da intervenção estratégica (para atingir os objetivos inerentes ao crescimento sustentável e inclusivo) 17   |    |
| 2.3.4 | Modelo de estruturação do sistema urbano e de articulação com os planos territoriais de âmbito municipal e intermunicipal, e metodologia do plano de mobilidade sustentável (recomendações da decisão de reconhecimento da EIDT)..... | 18 |
| 3.    | Programa de Ação .....  | 21 |
| 3.1   | Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir .....  | 21 |
| 3.2   | Investimentos, Ações e Metas .....  | 24 |
| 3.3   | Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares) .....  | 27 |
| 3.4   | Realização.....   | 29 |
| 4.    | Modelo de Governação.....   | 31 |
| 4.1   | Modelo de gestão e organização que assegurem a prossecução do Pacto com eficácia e eficiência, incluindo descrição da equipa técnica ....   | 31 |
| 4.2   | Mecanismos de acompanhamento e avaliação .....  | 31 |
| 4.3   | Envolvimento e responsabilidades dos parceiros .....  | 35 |
| 5.    | Quadro de Investimentos.....  | 37 |

# 1. CARACTERIZAÇÃO DO PROMOTOR

## 1.1 Identificação do Promotor

NIF: 510957579

Nome ou Designação Social: COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÂMEGA

Morada (Sede Social): AVENIDA DOS ALIADOS Nº 9

Código Postal: 5400-038

NUTS III: Alto Tâmega

Telefone: 276301000

Telefax: 276333630

Localidade: CHAVES

NUTS II: Norte

E-mail: geral@cimat.pt

URL: <http://www.cimat.pt>

Tipologia de Beneficiário: Associações de autarquias locais - Comunidade Intermunicipal

## 1.2 Identificação do Responsável Técnico da Operação

Nome do responsável: João Gonçalves Martins Batista

Cargo do responsável: Primeiro Secretário

Serviço/Departamento: Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega

Telefone do responsável: 276 301 000

Telemóvel do responsável: 968 493 300

Email do responsável: joao.batista@amat.pt

Email alternativo: -

## 1.3 Experiência do Promotor

Experiência do Promotor na implementação de Pactos\*

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização no âmbito do QREN, incluindo dos resultados alcançados]

5000 Caracteres

Apesar da constituição da comunidade intermunicipal ser recente, os municípios e atores do Alto Tâmega apresentam um histórico de trabalho conjunto assinalável. De facto, a materialização de um conjunto de iniciativas conjuntas, revela a existência de uma forte identidade própria e de um notável espírito de interação e entejuda entre os atores regionais do Alto Tâmega na materialização de iniciativas concretas.

Com origens remotas, onde sobressaem o Gabinete de Apoio Técnico do Alto Tâmega (GAT AT) e o Agrupamento de Municípios do Alto Tâmega, destaca-se a existência de entidades cujo trabalho realizado enriquece a base de construção do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, podendo-se evidenciar a Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega (ADRAT), a Associação de Municípios do Alto Tâmega (AMAT), a Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso (EHATB), ou a Associação Empresarial do Alto Tâmega (ACISAT).

O dinamismo destas entidades fez com que ao longo dos tempos fosse sendo construída uma visão estratégica comum para o Alto Tâmega e implementadas ações concretas que se constituem como uma experiência relevante para a implementação deste Pacto, podendo-se destacar: Pacto para o Desenvolvimento do Alto Tâmega/Plano Integrado de Desenvolvimento Económico do Alto Tâmega, Pacto Agrário do Alto Tâmega, Plano de Ação Intermunicipal de Serviços Coletivos e de Proximidade, Estratégia da Rede de Cidades Ecológicas e Inovadoras de Trás os Montes, Plano de Ação para Compensação Socioeconómica e Cultural, Agenda Estratégica dos Territórios da Fronteira Interior/Transmontana, Projeto Aquanattur – Programa PROVERE, ou o mais recente documento do Desenvolvimento Local de Base Comunitária.

Em particular, no que concerne capacidade de implementação da contratualização no âmbito do QREN, é importante destacar que os municípios que atualmente constituem a CIM AT eram parte integrante da Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes (CIM TM). Constituída formalmente em março de 2009, a CIM-TM integrava 15 municípios, organizados formalmente nas Associações de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano, da Terra Quente Transmontana e do Alto Tâmega.

No âmbito do “Contrato de delegação de competências com Subvenção Global” estabelecido com a Autoridade de Gestão do ON2, e tendo em consideração todas as alterações sofridas ao longo do processo, na CIM TM foram implementados 76 projetos, envolvendo 69,2 milhões de Euros. Nos 6 Municípios do Alto Tâmega, foram realizados 33 desses projetos num total de 30,7 milhões de Euros (44,3% do total da CIM TM), correspondendo a uma média por projeto próxima dos 900.000 Euros (dados reportados a março de 2014).

No Alto Tâmega destaca-se claramente a concentração do volume de cofinanciamento no Regulamento Específico “MT: Mobilidade Territorial” que absorveu 41,4% da subvenção (12,7

milhões de Euros) e no Regulamento Específico “RRE: Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar”, que absorveu, 42,1% (12,9 milhões de Euros). No Alto Tâmega encontra-se também o único caso de aplicação do regulamento “PCI: Promoção e Capacitação Institucional”, o Centro de Artes Nadir Afonso, de Boticas, com um cofinanciamento próximo dos 1,8 milhões de Euros.

Importa também destacar, no âmbito da contratualização, a importância que os municípios de Trás-os-Montes, em particular no Alto Tâmega, atribuíram à eficiência, eficácia e sustentabilidade das intervenções. O exercício de Avaliação da Subvenção Global e do PTD, realizado no início de 2014, evidenciou que, nas áreas em que a Subvenção Global se focou, nomeadamente na Requalificação dos Centros Escolares e na Mobilidade Territorial, a Subvenção Global foi de uma grande Eficácia, dando um forte impulso ao cumprimento dos objetivos delineados no PTD e à mitigação dos problemas aí identificados. Relativamente à Eficiência, aferida na medida da existência de adequada relação custo-benefício entre os recursos utilizados e as ações implementadas face aos resultados obtidos, o exercício de avaliação evidenciou também que os projetos implementados se revelaram a melhor forma de atingir os objetivos propostos, não existindo alternativas significativas aos projetos selecionados e implementados. Merece ainda referência que o exercício de avaliação evidenciou que, pelo facto de terem sido apoiados sobretudo projetos de infraestrutura, os resultados obtidos apresentam uma elevada Sustentabilidade, apresentando efeitos e mudanças estruturais que irão perdurar no tempo.

Em síntese, estes dados revelam uma relevante seletividade na identificação dos investimentos prioritários e demonstram uma elevada capacidade na correta implementação e gestão de projetos de dimensão significativa, procedendo, sempre que necessário, a adaptações decorrentes das alterações que ocorreram ao longo do processo de contratualização no âmbito do QREN.

## 1.4 Identificação dos Copromotores Não Municipais

Promotor

NIF

Nome ou Designação Social

Objetivo Temático

Prioridade Investimento



## 2. CARACTERIZAÇÃO DO PACTO

### 2.1 Identificação da área de intervenção do Pacto

O território de incidência do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Alto Tâmega corresponde ao território da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIM AT).

Este território abrange os municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar, apresentando uma superfície de 2 922 km<sup>2</sup> e compreendendo um total de 94 143 residentes, correspondentes a cerca de 13,7% da área e 2,6% da população da Região Norte (INE 2011).

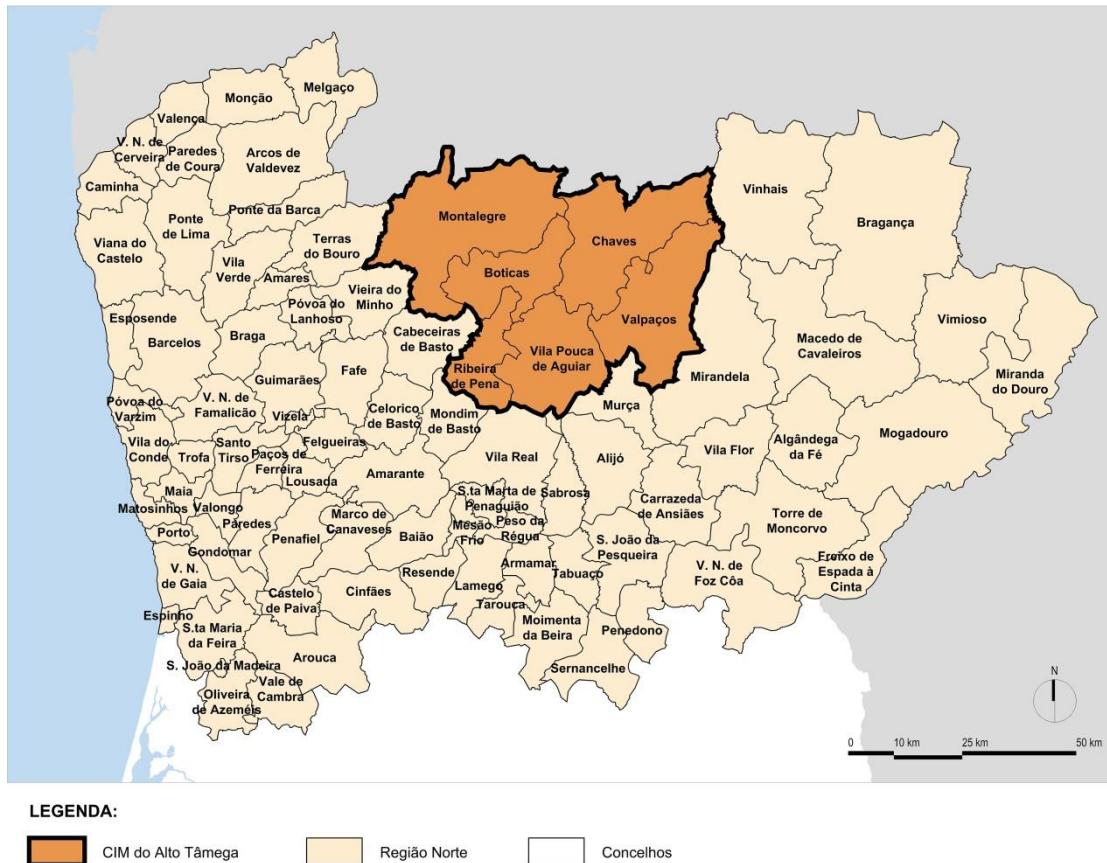


Figura 1. Alto Tâmega e Região Norte

Fonte: SPI

## 2.2 Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

### 2.2.1 Situação atual do território

Max. 10500 Caracteres

A constituição da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIM AT) veio trazer novas perspetivas e desafios de desenvolvimento. Os seis municípios deste território apresentam uma superfície de 2 922 km<sup>2</sup> e compreendem um total de 94 143 residentes, correspondentes a cerca de 13,7% da área e 2,6% da população da Região Norte (INE 2011).

Tendo em conta as novas realidades da organização do território, o Alto Tâmega desencadeou um processo regional de definição estratégica que, tendo em conta os esforços já levados a cabo, pretendeu refletir as opções de desenvolvimento que se colocam. Materializado na Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT), este processo incluiu a realização de um aprofundado e participado diagnóstico. Apresenta-se seguidamente uma síntese deste diagnóstico, evidenciando alguns elementos relevantes para a elaboração do Pacto.

#### ENQUADRAMENTO GERAL

O Alto Tâmega posiciona-se como um território de fronteira com a Galiza e como um território de articulação entre o litoral e o interior transmontano, sendo parte do eixo estruturante Chaves – Vila Real – Régua – Lamego – Viseu, fundamental para a consolidação de uma malha urbana coesa no nordeste português.

Como centro urbano de dimensão superior neste território, Chaves é assumida como Cidade Regional, possuindo capacidades de polarização e estruturação de espaços territoriais alargados por via da sua dimensão física, funcional e relacional.

Como vetores relevantes da estruturação do território, as infraestruturas rodoviárias têm vindo a ser alvo de uma significativa melhoria, destacando-se o papel da A7 e da A24, que contribuem para diminuir o ancestral isolamento da região – afastada das principais cidades, mercados e centros de decisão.

A questão demográfica é marcante no Alto Tâmega e deverá ser enfrentada nas estratégias e instrumentos que se definam para a sub-região, incluindo naturalmente a apresentada neste Pacto. Com os seus 94 143 residentes, a densidade populacional média da sub-região, de 33,2 hab/km<sup>2</sup>, é cinco vezes inferior à média da região Norte.

A perda de população do Alto Tâmega tem vindo a ocorrer a um ritmo superior ao do resto do país. Entre 2001 e 2011 o número de habitantes no Alto Tâmega decresceu 10%.

O Alto Tâmega apresenta assim uma pirâmide demográfica envelhecida e baixas taxas de natalidade, apresentado um índice de envelhecimento de 269,1 (Região Norte: 113,3) e um Índice de Dependência de Idosos de 48,7 (Região Norte: 25,2).

Sendo estes elementos fundamentais para a caracterização da situação atual do território, apresentam-se em seguida breves sínteses, alinhadas com os Objetivos definidos para este



Pacto, que por sua vez se relacionam com os Objetivos Temáticos e com as Prioridades de Investimento mobilizáveis nos Pactos, e que permitem fundamentar as opções adotadas.

#### MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (OT2)

Num contexto de estrangimentos financeiros, a reorganização da rede de serviços é uma realidade que afeta várias regiões do país, incluindo o Alto Tâmega. A fragilidade demográfica desta região agrava as consequências desta reorganização, diminuindo a capacidade de acesso dos cidadãos a serviços de educação, saúde, justiça ou segurança social. É consensual a necessidade de criar redes de serviços partilhados que, no âmbito de uma unidade territorial mais alargada, como uma Comunidade Intermunicipal, possa ultrapassar em parte os estrangimentos no acesso a estes serviços, beneficiando os cidadãos.

Impõe-se o reforço da capacidade institucional da eficiência da administração pública como meta fundamental. Sendo a CIM AT uma realidade administrativa recente, mostra-se relevante aproveitar esta oportunidade para promover e a eficiência da administração pública numa lógica articulada e em rede, de forma a evitar que este setor constitua um obstáculo ao desenvolvimento.

#### ENERGIA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (OT4)

A energia constitui um vetor central da economia do Alto Tâmega. Destaca-se a sua capacidade de produção a partir de fontes hídricas e eólicas. Os cerca de 1000MW de potência instalada representam mais de três quartos da existente no distrito de Vila Real e 15% de toda a região Norte. Estas percentagens aumentarão consideravelmente aquando da concretização dos projetos de construção de novas barragens em curso.

As seis Câmaras Municipais da sub-região criaram em 1989 a sociedade “Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA” (EHATB), com o objetivo de desenvolver atividades que tivessem por fim o aproveitamento de recursos naturais no Alto Tâmega e cujos recursos têm permitido apoiar iniciativas relacionadas com o desenvolvimento da região.

É também de evidenciar que o Alto Tâmega apresenta um reduzido consumo total de energia elétrica por consumidor (3.179 kwh/ano/consumidor: menos de metade do realizado no resto do país). Destaca-se o reduzido peso que a indústria apresenta nestes consumos.

#### PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS (OT5)

O território do Alto Tâmega está rodeado por grandes áreas de interesse natural, conferindo-lhe um enquadramento privilegiado em termos de biodiversidade e riqueza paisagística. A região é delimitada a Noroeste pela Peneda-Gerês, a Sul pelo Alvão-Marão e a Nordeste por Montesinho-Nogueira. A Norte, o Alto Tâmega é delimitado pelo parque Invernadeiro, em Espanha, que fecha esta limitação natural da região. Destacam-se ainda, dentro do seu território, as serras do Barroso, Larouco e Falperra. A importância destas zonas é reconhecida nacional e internacionalmente através do seu enquadramento em diferentes contextos de proteção e conservação da natureza, incluindo a Rede Natura 2000 e a Rede Nacional de Áreas Protegidas.

Atendendo ao passado recente, nestas áreas os incêndios florestais merecem especial atenção e exigem, a par dos restantes riscos uma estratégia e ações concretas que envolvam

várias entidades na área da proteção civil. Destaca-se que em 2013 a área ardida na sub-região foi superior a 18.000ha (13.000ha em 2011 e 9.000 em 2010ha), sobressaindo Vila Pouca de Aguiar, Valpaços e Boticas, com áreas ardidadas significativas.

#### AMBIENTE E USO DOS RECURSOS (OT6)

Relativamente aos recursos, no Alto Tâmega destaca-se a Água como transversal à maioria das temáticas exploradas: a produção agrícola, a geração de energia, a atividade turístico-termal, ou a própria imagem externa do território. A proteção e valorização do recurso água são tidas como fundamentais, sendo incluídas na Visão de longo prazo definida para o território.

#### EMPREGO E EMPREENDEDORISMO (OT8)

No Alto Tâmega a população ativa atinge quase os 34.500 indivíduos (2011), correspondendo, aproximadamente, a 37% da população total. Ao nível nacional, essa proporção ultrapassa os 47%, o que revela uma menor disponibilidade de força de trabalho no Alto Tâmega em comparação com o resto do país. No mesmo ano, havia no Alto Tâmega 16.025 indivíduos ao serviço de empresas não-financeiras. Relativamente ao desemprego, estava reportada em 2011 uma taxa de 12,7% – um valor ligeiramente abaixo da média da região Norte e de Portugal.

No que concerne em particular ao empreendedorismo, existe um conjunto de setores que se destacam, apresentando condições particularmente favoráveis à ocorrência de iniciativas empreendedoras. Neste caso, podem salientar-se desde logo as áreas alargadas do Turismo e do Agroflorestal. Estes setores têm sobressaído no âmbito das iniciativas e experiências recentes na área do empreendedorismo, onde se poderá destacar o Plano de Ação Territorial para a Promoção do Empreendedorismo no Alto Tâmega ou o projeto Erasmus+ Incub Training, promovidos pela ADRAT, assim como as diversas iniciativas individuais dos diferentes municípios.

#### INCLUSÃO SOCIAL (OT9)

Para além da questão da desertificação, isolamento e envelhecimento da população, já abordada anteriormente, uma breve análise à temática da inclusão social poderá ser realizada através dos indicadores relacionados com os beneficiários de subsídios estatais. No que concerne os apoios estatais para o desemprego destaca-se uma percentagem de atribuição destes subsídios inferior à praticada no Norte e em Portugal (1,8% da população contra 3,7% e 3,5% respetivamente). Similarmente, a percentagem de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) no Alto Tâmega é também ligeiramente inferior à média da região Norte de Portugal (cerca de 3600 beneficiários: 3,9% da população contra 4,6% e 4,0% respetivamente). No Alto Tâmega, os valores das pensões e subsídios situam-se, em todos os tipos de subvenções, abaixo das médias nacionais e da região Norte. Esta discrepância é mais visível nas pensões por velhice e invalidez.

Face a este cenário, os municípios apoiam e promovem uma rede de apoio social de proximidade, em resposta aos problemas dos cidadãos, envolvendo parceiros locais, tal como as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Estas oferecem instalações e serviços em todos os municípios do Alto Tâmega, providenciando apoio através de creches e berçários, jardins-de-infância, ATL, centros de dia e lares, serviço de apoio domiciliário e

centros de apoio a deficientes, entre outros. Estas estruturas contribuem para colmatar lacunas dos sistemas públicos de apoio social, garantindo um maior suporte aos escalões mais frágeis da estrutura social,

#### EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO (OT10)

A população do Alto Tâmega apresenta baixos níveis de formação e qualificação quando comparada com a realidade nacional: mais de metade da população não tem escolaridade ou frequentou apenas o 1º Ciclo do Ensino Básico. Todavia, regista-se uma tendência positiva de melhoria da qualificação dos residentes ao longo dos últimos anos. Adicionalmente, salientam-se níveis de abandono escolar superiores à média nacional (1,7% no AT e 1,6% em Pt).

No domínio equipamentos escolares, tem-se assistido a uma reorganização do parque escolar, com a redução de um número elevado de escolas de diferentes níveis de ensino. Destaca-se a drástica redução recente de estabelecimentos de ensino pré-escolar e básico.

O ensino superior está agora reduzido a uma instituição, sendo de destacar o recente afastamento da UTAD em relação ao seu polo de Chaves. Ao invés, a formação profissional tem, neste território, uma importância capital, destacando-se a Escola Profissional de Chaves, que trabalha com todos os municípios, e que oferece Cursos Profissionais de Dupla Certificação.

### 2.2.2 Principais Oportunidades

Max. 875 Caracteres

Como principais Oportunidades relativas ao Alto Tâmega destacam-se:

- Constituição da CIM como nova unidade administrativa, consolidando uma abordagem integrada entre os diferentes municípios;
- Quadro comunitário de apoio 2014-2020, que disponibiliza apoios financeiros em áreas temáticas particularmente relevantes neste território;
- Potencial para colaboração transfronteiriça, que abre a possibilidade de aprofundamento de cooperações transfronteiriças;
- Contexto favorável ao investimento em estratégias de sustentabilidade energética;
- Tendências internacionais na área do turismo cultural e de natureza.

### 2.2.3 Principais Ameaças

Max. 875 Caracteres

Como principais Ameaças relativas ao Alto Tâmega destacam-se:

- Contexto económico geral de restrições orçamentais, avesso à realização de investimentos mais significativos, com consequências também ao nível da capacidade de consumo dos cidadãos. Acresce que esta perspetiva negativa é partilhada do lado Espanhol da fronteira;
- Esvaziamento de serviços públicos, seguindo o processo de redefinição e deslocalização que têm afetados estes serviços neste território;
- Atratividade de outras regiões e da Europa, reforçada pelo processo de globalização e pelo acesso generalizado a redes de comunicação internacionais, que obrigam esta região a concorrer com destinos mais mediáticos e com maior capacidade de difusão no mercado.

### 2.2.4 Principais Pontos Fortes

Max. 875 Caracteres

Como principais Pontos Fortes relativos ao Alto Tâmega destacam-se:

- Forte presença do setor primário, responsável por oferta alargada de produtos de qualidade reconhecida;
- Dinâmica da indústria extrativa, em particular da rocha ornamental;
- Oferta turística reconhecida, em particular na área do termalismo;

- Proximidade da região espanhola da Galiza, sendo já possível identificar um histórico de iniciativas de colaboração;
- Qualidade das acessibilidades rodoviárias recentes;
- Diversidade e valor do património natural e cultural;
- Capacidade de geração de energia de fontes renováveis;
- Rede de apoio social providenciada pelos municípios e IPSS;
- Existência de um histórico de trabalho conjunto, consolidado através de instituições como a AMAT ou a ADRAT;
- Existência de uma polaridade urbana reconhecida, com Chaves como elemento estruturante.

### *2.2.5 Principais Pontos Fracos*

Max. 875 Caracteres

Como principais Pontos Fracos relativos ao Alto Tâmega destacam-se:

- Diminuição e envelhecimento da população residente, demonstrando dificuldade na fixação de população, com impacto no decréscimo e envelhecimento populacional;
- Baixos níveis de formação e qualificação, inferiores às médias do País e da Região Norte, refletindo a incapacidade da região em fixar recursos humanos qualificados;
- Distanciamento dos principais centros de decisão política, quer ao nível nacional quer regional é tido como um estrangulamento de base ao desenvolvimento;
- Baixos índices de atividade e de competitividade empresarial, onde são predominantes as empresas de reduzida intensidade tecnológica;
- Carências ao nível da oferta de ensino superior e de IDi, contribuindo para incapacidade de fixação de população qualificada e o apoio empresarial especializado.

### *2.2.6 Desafios e Fatores Críticos de Sucesso*

Max. 3500 Caracteres

ÁGUA. O recurso Água surge como transversal à maioria das temáticas exploradas no âmbito do diagnóstico. Salienta-se designadamente a sua relação com a produção agrícola, com a geração de energia, com a atividade turístico-termal e com a própria imagem externa do território. Importará, por isso, reforçar a transversalidade deste recurso como um dos principais agregadores do território do Alto-Tâmega.

**POPULAÇÃO.** Nas últimas décadas, o Alto Tâmega tem sofrido um processo de decréscimo e envelhecimento populacional assinalável. Mostra-se fundamental estancar e inverter esta dinâmica, adotando medidas que contribuam para a atração e fixação de população, nomeadamente de população mais jovem e qualificada.

**AGRICULTURA, PECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA.** O setor primário apresenta um peso considerável no Alto Tâmega, refletido em indicadores como a população empregada ou o VAB gerado. Apresentando um conjunto alargado de produtos de qualidade certificada, denota-se ainda uma forte presença da produção de subsistência, com pouco valor acrescentado. Importará por isso aproveitar os produtos e recursos existentes, apoiando de forma integrada o aumento da competitividade do setor agrícola, e aspetos como a sua organização, a capacidade transformadora e a operacionalidade logística.

**TURISMO.** O Turismo é uma atividade que apresenta uma forte relação com o território e com as populações locais. Com uma riqueza notável de património natural e cultural e com uma longa tradição ligada ao termalismo, o Alto Tâmega tem vindo a atrair nos últimos anos investimentos assinaláveis ao nível da oferta hoteleira. Acompanhando as tendências atuais na área do turismo, nomeadamente do turismo de bem-estar, de natureza e cultural, o Alto Tâmega deverá criar condições para apresentar e promover uma oferta integrada que lhe permita maximizar o aproveitamento socioeconómico das mais-valias decorrentes desta atividade.

**INOVAÇÃO E CONHECIMENTO.** De forma genérica, o tecido empresarial do Alto Tâmega é genericamente caracterizado por uma reduzida intensidade tecnológica, com consequências ao nível da sua competitividade externa. Assim sendo, importa identificar formas que permitam a captação e desenvolvimento de competências adaptadas às necessidades locais, assim como facilitar a promoção da inovação em áreas relevantes para o desenvolvimento do Alto Tâmega, num contexto seletividade e de especialização inteligente.

**REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS.** No Alto Tâmega, os municípios, em complementaridade com as IPSS, apresentam um conjunto notável de serviços orientados para o apoio a diferentes segmentos da população. Importará aproveitar o novo enquadramento intermunicipal potenciado pela criação da CIM AT no sentido de aprofundar e otimizar a prestação destes serviços numa lógica de rede.

**RELAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS.** O Alto Tâmega é um território de fronteira, com um histórico relevante de cooperação transfronteiriça. Num contexto europeu de fomento da cooperação e da internacionalização, estas relações deverão ser aprofundadas, nomeadamente em áreas que contribuam para a materialização da estratégia preconizada.

**SISTEMA URBANO.** Chaves é reconhecido como polo regional de dimensão superior, com uma oferta diversificada de equipamentos e serviços. Com base nesta realidade, importa consolidar um sistema urbano coeso que, assumindo essa polaridade, garanta a articulação em rede dos diferentes municípios, tendo em vista o desenvolvimento do território de uma forma integrada.



## 2.3 Estratégia

### 2.3.1 *Objetivos e vocação específica do ITI*

Max. 10500 Caracteres

O ITI do Alto Tâmega tem como ambição contribuir para a implementação da EIDT definida para este território, que estabelece como visão “Até 2020, o Alto Tâmega será um território integrado, que conseguirá inverter as tendências demográficas atuais, através da promoção da coesão social e da dinamização da economia local, tendo por base o aproveitamento da localização de fronteira e a valorização dos recursos endógenos, especialmente a água”.

Para tal, é também assumida como “Missão” que “Os atores regionais do Alto Tâmega irão mobilizar-se de forma articulada e em rede na dinamização de iniciativas que permitam a materialização da Visão proposta, tendo em atenção a eficácia dos resultados e a racionalização do uso dos recursos”.

Avançando no nível de concretização, a EIDT organiza-se em 5 Eixos Estratégicos (EE), cada um subdividido em diferentes Objetivos Estratégicos (OE):

EE1. Dinamizar a base económica local num contexto de especialização inteligente

- OE1 Valorização dos produtos e recursos endógenos com base no conhecimento, na investigação e na inovação
- OE2. Contribuir para a organização de setores específicos numa lógica de criação de fileiras e de reforço das relações de cluster
- OE3. Promover o empreendedorismo tendo em vista a maximização do aproveitamento dos recursos locais

EE2. Fomentar a utilização eficiente e sustentável dos recursos

- OE4. Proteger, promover e rentabilizar o património natural e cultural como elemento distintivo
- OE5. Investir na cadeia de valor da energia enquanto vantagem competitiva do território
- OE6. Reforçar a proteção e o uso eficiente da água ao longo da sua cadeia de valor

EE3. Promover a coesão e inclusão sociais através da valorização e fortalecimento da resiliência da população local

- OE7. Apoiar a qualificação dos recursos humanos, fomentando o ajustamento das ofertas formativas às características territoriais e demográficas
- OE8. Fortalecer os serviços sociais de proximidade às comunidades locais, facilitando o seu acesso e o seu funcionamento em rede
- OE9. Promover abordagens inovadoras na geração de emprego, nomeadamente emprego qualificado

#### EE4. Reforçar a integração, a identidade regional e a cidadania

- OE10. Estimular a articulação de competências e a gestão partilhada de serviços públicos
- OE11. Promover a capacidade e eficiência da administração pública
- OE12. Fomentar a cooperação territorial estratégica e competitiva

#### EE5. Consolidar a coesão territorial e o sistema urbano

- OE13. Estruturar o sistema urbano, contribuindo para a consolidação de um polo estruturante regional
- OE14. Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território
- OE15. Melhorar a mobilidade regional e garantir a acessibilidade e a conectividade

Tendo sempre a EIDT como referência, o desenvolvimento do presente Pacto assume como vocação a dinamização da respetiva Missão, tendo por isso subjacente a promoção da eficácia, a eficiência e a racionalidade na gestão e aplicação dos recursos numa lógica intermunicipal, e a mobilização, integração e trabalho em rede entre os diferentes atores regionais, com um particular enfoque na administração pública local.

Será de destacar a prioridade atribuída à reorganização, modernização e qualificação da oferta de serviços públicos e coletivos, em particular aqueles prestados pelas entidades municipais e intermunicipais, nas áreas da inclusão, do emprego e empreendedorismo, ou da educação e formação.

Cobrimo as diferentes vertentes que lhe são abertas, designadamente ao nível dos Objetivos Temáticos, Prioridades de Investimento e Tipologias de Operação considerados nos documentos enquadradores, o presente Pacto traduz as orientações delineadas na EIDT no que concerne à modernização da administração local, à eficiência energética, à prevenção de riscos, à proteção ambiental e uso eficiente dos recursos, ao emprego e empreendedorismo, à inclusão social, à educação e formação e ao desenvolvimento rural.

Deste modo, a definição dos Objetivos do presente Pacto implicou a realização de um exercício de reflexão e de seleção que teve como base os Eixos e Objetivos considerados na EIDT. Paralelamente, tendo em atenção a facilidade de leitura e o cruzamento com os documentos orientadores, foi realizada uma revisão da nomenclatura, assim como uma reorganização da numeração e ordem de apresentação.

Apresentam-se em seguida os Objetivos do ITI, relacionando-os com os Objetivos Temáticos dos documentos enquadradores e com os Eixos e Objetivos Estratégicos da EIDT.

ITI1. MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL: Enquadrado pelo OT2 “Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade”, em particular no que se relaciona com a modernização da administração local e com a administração em linha, este Objetivo relaciona-se com o EE4 da EIDT, no que concerne aos OE10 e 11, que se focam em estimular a articulação de competências e a gestão partilhada de serviços públicos e em promover a capacidade e a eficiência da administração pública;

IT12. PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NAS INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS: Enquadrado pelo OT4 “Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores”, em particular na utilização da eficiência energética e das energias renováveis nas infraestruturas públicas, este Objetivo considera o EE2 da EIDT, focando em particular o OE5, que considera os investimentos na cadeia de valor da energia enquanto vantagem competitiva do território do Alto Tâmega;

IT13. PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS: Enquadrado pelo OT5 “Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos”, em particular com concerne à prevenção de riscos relacionadas com os planos de emergência e proteção civil, este Objetivo relaciona-se com o EE2 da EIDT, no que concerne ao OE4, focados em proteger, promover e rentabilizar o património natural;

IT14. PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O USO EFICIENTE DOS RECURSOS: Focado no OT6 “Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos”, este Objetivo relaciona-se também com o EE2 da EIDT, evidenciando o referido OE4, mas também o OE6, que se relaciona em particular com uso eficiente do recurso água ao longo da sua cadeia de valor;

IT15. FOMENTO DO EMPREENDEDORISMO E DA CRIAÇÃO DE EMPREGO: Enquadrado pelo OT8 “Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego...”, este Objetivo evidencia o EE1 da EIDT, em particular o OE3, relacionado com a promoção do empreendedorismo, tendo em vista o aproveitamento dos recursos locais;

IT16. PROMOÇÃO DA COESÃO E INCLUSÃO SOCIAL: Este Objetivo encontra-se diretamente relacionado com o OT9 “Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação”, dando destaque ao EE3 Da EIDT, em particular no que concerne aos OE8 e OE9, relacionados com o fortalecimento dos serviços sociais de proximidade e com a promoção de abordagens inovadoras na geração de emprego;

IT17. PROMOÇÃO DOS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO: Enquadrado pelo OT10 “Investir na educação, na formação e na formação profissional...”, este Objetivo foca também o EE3 da EIDT, dando destaque ao OE7, que se relaciona com a qualificação dos recursos humanos, com o ajustamento das ofertas formativas às características do território, e com o combate ao abandono escolar;

IT18. FOMENTO DA COMPETITIVIDADE DO SETOR AGROFLORESTAL: Alinhado com a Medida 4 (FEADER), investimentos em infraestruturas coletivas, este Objetivo encontra-se alinhado com o EE1 da EIDT, em particular com o OE1, no que concerne à dinamização da base económica local num contexto de especialização, tendo em vista a valorização dos produtos e recursos endógenos, em particular os do setor agroflorestal, que no Alto Tâmega assumem uma expressão significativa.

Merece referência que, para além do diagnóstico anteriormente apresentado neste formulário, a fundamentação e justificação dos diferentes Eixos Estratégicos e Objetivos Temáticos mencionados no texto anterior, encontra-se detalhada no documento da EIDT previamente submetido.

Com a nova dimensão administrativa existente no Alto Tâmega, e com os novos mecanismos de integração e de articulação disponíveis, a CIM AT pretende tirar partido de todos os instrumentos que estão ao seu alcance para aumentar a eficácia e a eficiência na gestão de toda esta sub-região, favorecendo o aproveitamento de oportunidades e proporcionando a criação e implementação de novas dinâmicas.

### *2.3.2 Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto*

Max. 3500 Caracteres

Todo o processo de construção estratégica que encaminhou para o Pacto aqui proposto foi amplamente participado, envolvendo um conjunto de atores relevantes, a nível local, regional, nacional e internacional. Desde o seu início, a CIM AT entendeu que, mais do que documento final com o Pacto, o processo de mobilização e de descoberta coletiva e a capacidade de gerar consensos e quadros estratégicos comuns seriam fundamentais para o futuro do Alto Tâmega. No âmbito da implementação do Pacto, pretende-se dar continuidade a esse processo participativo, entendendo-o como um caminho dinâmico de interação entre diferentes atores regionais.

Conforme tem ocorrido até ao momento, este trabalho participativo será mobilizado pela CIM AT em articulação próxima com a ADRAT, responsáveis pela definição de uma agenda de reuniões individuais e de grupo, envolvendo momentos formais e informais de discussão.

Atendendo às diferentes iniciativas propostas, os municípios do Alto Tâmega, a nível individual, assim como a associação empresarial ACISAT, os agrupamentos escolares e as IPSS da sub-região foram e serão atores fundamentais nesse processo. A rede de parceiros constituída mostra-se sólida e dinâmica, sendo que a forma de participação formal e os mecanismos previstos para tal encontram-se devidamente descritos num ponto autónomo deste documento, relativo ao modelo de governação.

A agenda de participação mais aberta e mobilizadora tem ocorrido, e irá prosseguir, através da continuidade regular do ciclo de conferências “Conversas IN (Interessantes, Inteligentes, Indispensáveis, Informais, Integradas, Interativas)”. As conferências realizadas são já uma marca reconhecida, abordando temáticas relevantes para o desenvolvimento regional e envolvendo dezenas de atores, quer do Alto Tâmega, quer externos à região, que cobrem as diferentes componentes da hélice quádrupla (empresas, entidades de educação e ciência, entidades públicas e sociedade).

Atendendo à diversidade de Objetivos Temáticos e Prioridades de Investimento consolidados, assim como à diversidade de territórios alvo do Pacto, estas conferências irão especializar as suas temáticas, relacionando-as diretamente com aquelas consideradas no âmbito deste Pacto. Por exemplo: Combate ao abandono escolar, Inclusão social, Promoção do empreendedorismo, Administração pública em linha, entre outras.

O processo de organização destas conferências, assim como a análise dos seus resultados, permitirão a consolidação de grupos de trabalho temáticos, alinhados com as temáticas selecionadas para o Pacto, que serão envolvidos no processo ao longo da implementação do Pacto, em aspetos que se relacionem com a temática em questão.

É de salientar que o modelo de participação aqui considerado, incluirá uma forte componente de comunicação, pretendendo-se dar visibilidade e envolver os potenciais interessados. Esta comunicação terá por base uma estratégia própria, promovida também pela CIM AT e pela ADRAT, tendo em vista a utilização dos seus meios, com relevo para a utilização das redes

sociais, e a maximização da exposição nos meios de comunicação, em particular naqueles de cariz local e regional.

Por fim, refira-se que se pretende também dar continuidade à experiência de, ao longo do processo, serem delineadas orientações e promovidos diferentes compromissos (do tipo “carta de compromissos”) que formalizam o envolvimento de diferentes atores, marquem o trabalho realizado e estabeleçam as bases do caminho a percorrer.

### *2.3.3 Valor económico e social da intervenção estratégica (para atingir os objetivos inerentes ao crescimento sustentável e inclusivo)*

Max. 3500 Caracteres

Do ponto de vista económico, o principal valor acrescentado do ITI do Alto Tâmega (ITI-AT) é a concretização de um território mais eficiente em diferentes âmbitos - energia, administração pública e empregabilidade. A intervenção estratégica do ITI-AT permitirá reduzir custos de contexto e maximizar o impacto do seu potencial endógeno, traduzindo-o em mais e melhores oportunidades para os seus cidadãos.

A energia é um fator de diferenciação territorial do AT – na vertente do consumo (mais baixo, em média, que no Norte) e da produção (20% da potência instalada na região Norte). O ITI-AT permitirá reforçar este posicionamento, melhorando os níveis de eficiência energética em infraestruturas da administração autárquica. O potencial energético do AT precisa ser traduzido em poupança energética financeira para as autarquias do território. É isto que este ITI pretende lograr neste âmbito.

A eficiência da administração pública liga-se à modernização administrativa, incluindo desmaterialização e eficiência de processos, integração de redes de suporte, e descentralização do atendimento, entre outras medidas. Esta eficiência na administração pública proporcionada pelo ITI-AT significará melhor atendimento ao cidadão e às suas necessidades – menos tempo de resposta, maior proximidade e menor burocracia.

O terceiro âmbito é o da empregabilidade. O AT alcançará níveis de empregabilidade maiores e mais sustentáveis ao apostar, por um lado, em melhores condições infraestruturais para a agricultura (com peso considerável na composição do PIB intermunicipal - 12,5%); e, por outro, em apoios diretos a empreendedores e à criação de empresas. Mais empresas, com mais colaboradores e com menor taxa de mortalidade são alguns dos impactos que o ITI-AT pretende lograr neste âmbito.

Do ponto de vista social, o principal valor acrescentado do ITI-AT é a integração e reforço da rede de serviços de apoio em diferentes âmbitos – inclusão social, educação e riscos naturais. O ITI-AT pretende criar condições para antecipar e gerir riscos de várias naturezas e controlar e mitigar efeitos decorrentes desses riscos, contribuindo para uma melhor qualidade de vida no AT.

No âmbito da inclusão social, o ITI-AT irá contribuir para um atendimento mais eficaz e próximo a determinados grupos – idosos em particular (30% da população do AT), mas também de



doentes crónicos e portadores de deficiência. Ampliar a cobertura territorial da resposta social a estes grupos e expandir o percentual de população abrangida por esta resposta, proporcionando uma redução no percentual de população em situação de pobreza ou em risco de exclusão social é o que o ITI-AT pretende lograr neste âmbito.

No âmbito da educação, o ITI-AT focar-se-á na antecipação das causas e controlo dos efeitos da exclusão educativa, através da promoção do sucesso educativo e da modernização de infraestruturas educativas, entre outras medidas. O ITI-AT pretende diminuir a taxa de abandono escolar precoce no AT e melhorar os índices de escolaridade da população (onde mais de 60% têm apenas o ensino básico).

No âmbito dos riscos naturais, o ITI-AT centra suas medidas no investimento em equipamentos e infraestruturas de emergência e proteção civil. Estes investimentos permitirão melhorar a capacidade de resposta dos agentes de proteção civil, diminuir o tempo de intervenção desses mesmos agentes e, conseqüentemente, lograr uma diminuição no número de incêndios e no percentual de área ardida dentro do AT.

#### *2.3.4 Modelo de estruturação do sistema urbano e de articulação com os planos territoriais de âmbito municipal e intermunicipal, e metodologia do plano de mobilidade sustentável (recomendações da decisão de reconhecimento da EIDT)*

Max. 7000 Caracteres

As estratégias nacionais e europeias sublinham a importância das respetivas dimensões territoriais e do seu papel aglutinador das políticas setoriais. Os territórios são assim encarados como recursos essenciais para o desenvolvimento e para o crescimento económico.

O território do Alto Tâmega posiciona-se como um espaço de “dupla charneira” que articula, por um lado, o litoral com o interior transmontano e, por outro lado, assume a sua posição de fronteira, na ligação do Norte de Portugal à Galiza. Num contexto regional mais amplo, verifica-se o seu posicionamento no eixo Chaves – Vila Real – Régua – Lamego – Viseu, identificado como estruturante para a consolidação de uma malha urbana coesa no nordeste português (PROT Norte).

Em linha com as prioridades nacionais e regionais (PNPOT e PROT Norte) e no sentido de consolidar este território e tirar partido do posicionamento referido, a estratégia preconizada para o Alto Tâmega considera fundamental consolidar Chaves como Cidade Regional, reforçando as suas funções, de forma a destacar-se numa escala regional mais ampla, posicionando-se no âmbito da Região Norte como um dos núcleos de uma rede urbana policêntrica. Esta polaridade faz-já sentir hoje em dia, sobretudo em relação a Boticas e Montalegre e, numa menor dimensão, em relação a Valpaços, Vila Pouca de Aguiar e Ribeira de Pena.

Complementarmente, deverá ser consolidada uma rede urbana assente nas sedes dos concelhos de Boticas, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar,

encarados como elementos de densificação do sistema urbano e interface privilegiados entre o espaço urbano e o território rural. Neste território verifica-se um processo de urbanização mais ténue, focado essencialmente nas sedes dos concelhos, fruto normalmente do despovoamento continuado das zonas rurais. Este processo tem sido insuficiente para conferir a estes polos a indispensável massa crítica e não é acompanhado pela necessária articulação e integração do sistema urbano.

Por fim, assumido o território como o principal fator de diferenciação e de afirmação regional e atendendo à prioridade atribuída a setores com uma forte relação com o território, como o turismo, a agricultura, ou a energia, importará ter em consideração de forma transversal a melhoria da qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território, de uma forma integrada, sendo de destacar neste caso a importância da qualificação dos núcleos rurais.

Ao nível da mobilidade, verificam-se melhorias assinaláveis nas acessibilidades externas da região. O exemplo dessas ligações são as três principais autoestradas que conectam o Alto Tâmega não só com o restante território nacional, mas também com a Galiza (A7, A24 e, em Espanha, a A52).

Verifica-se no entanto que apesar das melhorias das ligações da região no sistema nacional, persistem ainda dificuldades nas ligações internas que importará debelar. O Plano de Mobilidade Sustentável do Alto Tâmega, irá focar de forma integrada o sistema de mobilidade sub-regional, promovendo soluções de mobilidade inovadoras e sustentáveis, que permitam enfrentar os seguintes desafios:

- O desenvolvimento económico do país tornou a posse do carro acessível a uma maioria das famílias, com Portugal a registar taxas de motorização elevadas e em aproximação ao teto da média europeia. Se é verdade que a crise económica recente limitou o rendimento disponível das famílias para viajar, também é verdade que, também no Alto Tâmega, a maioria das famílias tem acesso a meios para assegurar necessidades mínimas de acessibilidade
- Esta realidade coloca pressão sobre a sustentabilidade do sistema de transporte público do Alto Tâmega, já de si bastante debilitado, e que tem vindo a ver o grosso da sua procura a ficar limitado ao transporte escolar, em particular na realidade interurbana, o que significa que as franjas mais vulneráveis da população (idosos ou de escassos recursos económicos) vêm-se muitas vezes em situações de completa ausência de soluções de transporte, a um preço suportável, criando situações de exclusão social significativas em particular nas zonas rurais;
- Neste último caso, o fenómeno real da desertificação do Alto Tâmega agrava, ainda mais, as situações de exclusão referidas, em particular no que se refere aos idosos;
- A par do referido, regista-se no Alto Tâmega uma reorganização e especialização dos serviços públicos ao nível do ensino, da saúde e de outros serviços de atendimento ao público. Na prática, este fenómeno tem tornado estas redes mais finas, aumentando a distância das populações a estes serviços, o que coloca mais pressão nas questões de acessibilidade;
- No plano legislativo, têm sido criados instrumentos para mitigar este fenómeno, merecendo destaque o novo regime jurídico de contratualização de serviços de transporte público, aprovado na Assembleia da República e à data deste documento no circuito legislativo para promulgação, e ainda a iniciativa Portugal Porta-a-Porta. Em conjunto, estas iniciativas criam o

conceito de redes de serviços mínimos, clarificam o papel das CIM enquanto autoridade de transportes (e entidades organizadoras), e consubstanciam os apoios de Estado ao desenvolvimento de redes de transporte flexível.

Ainda neste domínio, é ainda necessário ter presente, do ponto de vista do tecido económico, o alinhamento de estratégias para o desenvolvimento das PME e das empresas em geral, modernizando-as e preparando-as para ser mais produtivas e competitivas, em particular nos mercados de exportação. Também aqui é evidente a importância da existência de uma estratégia de ordenamento do território, e de informação e capacitação do tecido económico local, para fazer uso das melhores práticas de organização das cadeias logísticas, potenciando a produtividade e competitividade da região, aspetos em que a CIM poderá assumir um papel chave na catalisação da mudança.

É à luz desta realidade que serão desenhados os instrumentos de gestão da mobilidade regional, em particular o Plano de Mobilidade e Transportes Intermunicipal. Sem se confundir com planos de natureza municipal, críticos para a dimensão municipal, o plano intermunicipal deverá seguir as orientações do Guia para a Elaboração de Planos de Mobilidade e Transportes, que traduz as melhores práticas consensualizadas entre os stakeholders de referência nacionais.

Será assim uma condição fundamental que este Plano envolva uma forte coordenação e envolvimento político, ter objetivos claros, envolver os atores regionais relevantes, estar articulado com a estratégia de desenvolvimento do território, ser participado, monitorizado, com as fontes de financiamento, a calendarização e a responsabilização inerentes às suas ações claramente identificadas.

## 3. Programa de Ação

### 3.1 Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

Alínea d do ponto 6.1 do convite.

Conforme foi referido anteriormente (secção 2.3.1), a estruturação da estratégia apresentada no presente pacto teve por base um exercício de reflexão e de seleção que, assumindo a EIDT como elemento orientador, explorou as oportunidades abertas no que concerne aos Objetivos Temáticos, Prioridades de Investimento e Tipologias de Operação considerados nos documentos enquadradores.

Deste modo, e procurando-se uma leitura objetiva, o Programa de Ação assenta nos seguintes Eixos:

#### ITI1. MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL:

Enquadrado pelo OT2 “Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade”, em particular no que se relaciona com a PI2.3 “O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a infoinclusão, a cultura em linha e a saúde em linha.

As medidas preconizadas no ITI assentam em particular nas seguintes tipologias: disponibilização de serviços públicos online, articulação institucional em rede, modelos descentralizados de atendimento, melhoria da eficiência de processos e ações de demonstração e experimentação.

#### ITI2. PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NAS INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS:

Enquadrado pelo OT4 “Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores”, em particular com PI 4.3 “A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação”.

As medidas preconizadas no ITI correspondem à intervenção na infraestrutura de iluminação pública, na eficiência energética dos edifícios e na elaboração dos estudos, planos e auditorias energéticas necessárias.

#### ITI3. PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS:

Enquadrado pelo OT5 “Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos”, em particular com o que concerne à PI 5.2 “A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)”.

As medidas preconizadas no ITI relacionam-se com a revisão dos planos de emergência, a criação de um sistema integrado de gestão de riscos e com a aquisição de equipamentos relacionados com as medidas anteriores.

#### ITI4. PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O USO EFICIENTE DOS RECURSOS:

Focado no OT6 “Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos”, com a PI 6.1 “Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos”.

Este Eixo do ITI apenas contempla uma medida relativa à educação e sensibilização ambiental na área dos resíduos.

#### ITI5. FOMENTO DO EMPREENDEDORISMO E DA CRIAÇÃO DE EMPREGO:

Enquadrado pelo OT8 “Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego...” e as PI 8.3 e PI 8.8 “Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras” e “A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas”.

Este eixo contempla diferentes tipologias de medidas, relacionadas sobretudo com a concretização de apoios no âmbito do Plano de Empreendedorismo do Alto Tâmega previamente preparado pela ADRAT e com as solicitações nesta área realizadas pelo IEFP.

#### ITI6. PROMOÇÃO DA COESÃO E INCLUSÃO SOCIAL:

Este Eixo encontra-se diretamente relacionado com o OT9 “Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação”, em particular as PI 9.1, 9.4 e PI 9.7 “Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade”, “Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral” e “Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária”.

Este Eixo contempla um leque alargado de medidas na área da inclusão ativa, contando com a participação de municípios e IPSS da sub-região.

#### ITI7. PROMOÇÃO DOS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO:

Enquadrado pelo OT10 “Investir na educação, na formação e na formação profissional...”, em particular as PI10.1 e 10.5 “Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação” e “Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas”.

Para além das medidas infraestruturais, tendo as escolas como principais intervenientes, este Eixo aborda essencialmente medidas inovadoras de combate ao insucesso escolar, de

prevenção e redução do abandono escolar, de reforço da ação social escolar e de apoio a alunos com necessidades educativas especiais.

#### IT18. FOMENTO DA COMPETITIVIDADE DO SETOR AGROFLORESTAL:

Alinhado com a Medida 4 (FEADER), Investimentos em ativos físicos, em particular a Ação 3.4. “Infraestruturas Coletivas”.

As medidas preconizadas relacionam-se com a solicitação da DRA relativa à requalificação de aproveitamentos hidroagrícolas e com a intervenção nos regadios tradicionais.



## 3.2 Investimentos, Ações e Metas

| Prioridade de Investimento a mobilizar  | Fundo  | Eixo/Medida do Programa<br>Ação do Pacto  | Indicador de Realização   |                   |                    | Indicador de Resultado   |             |             | Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar |
|---|--------|---|---|-------------------|--------------------|--|-------------|-------------|--|
|   |        |   | Indicador   | Meta 2018         | Meta 2023          | Indicador  | Meta 2018   | Meta 2023   |  |
| 02.03 - O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a infoinclusão, a cultura em linha e a saúde em linha.  | FEDER  | Medidas no âmbito do eixo IT11.<br>MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL                            | Serviços da Administração Pública apoiados  | 7                 | 7                  | Câmaras Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na internet no total de câmaras     | 6<br>(100%) | 6<br>(100%) | 2.459.914                                  |
| 03.M04 – Valorização dos Recursos Florestais  | FEADER | Medidas no âmbito do eixo IT18.<br>FOMENTO DA COMPETITIVIDADE DO SETOR AGROFLORESTAL              | N.º de operações apoiadas para investimento em infraestruturas agrícolas e florestais | 20                | 40                 | Terras irrigadas em mudança para sistemas de irrigação mais eficientes   | 2000 ha     | 4500 ha     | 11.183.081                                 |
| 04.03 - A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação | FEDER  | Medidas no âmbito do eixo IT12.<br>PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NAS INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS | Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos                   | 9.067.225 kWh/ano | 15.086.900 kWh/ano | Consumo de energia primária na administração regional e local  | 5.446 tep   | 4.152 tep   | 19.671.603                                 |
| 08.03 - Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras  | FSE    | Medidas no âmbito do eixo IT15.<br>FOMENTO DO EMPREENDEDORISMO E DA CRIAÇÃO DE EMPREGO (PI 8.3)   | Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego               | 70                | 200                | Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio | 60%         | 60%         | 4.525.930                                  |

| Prioridade de Investimento a mobilizar  | Fundo | Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto  | Indicador de Realização                                   |           |           | Indicador de Resultado  |           |           | Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar |
|---|-------|--|---|-----------|-----------|---|-----------|-----------|--|
|   |       |  | Indicador   | Meta 2018 | Meta 2023 | Indicador   | Meta 2018 | Meta 2023 |  |
| 08.08 - A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas  | FEDER | Medidas no âmbito do eixo ITI5. FOMENTO DO EMPREENDEDORISMO E DA CRIAÇÃO DE EMPREGO (PI 8.8) | Empresas que beneficiam de apoio                          | 60        | 150       | Postos de trabalho criados  | 120       | 250       | 4.728.536                                  |
| 09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade  | FSE   | Medidas no âmbito do eixo ITI6. PROMOÇÃO DA COESÃO E INCLUSÃO SOCIAL (PI 9.1)                | Participantes em ações de trabalho socialmente necessário | 150       | 500       | Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário | 50%       | 60%       | 13.475.131                                 |
| 09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária | FEDER | Medidas no âmbito do eixo ITI6. PROMOÇÃO DA COESÃO E INCLUSÃO SOCIAL (PI 9.7)                | Equipamentos sociais e de saúde apoiados                  | 5         | 12        | Definir Indicador Complementar  | 40%       | 80%       | 15.242.985                                 |

| Prioridade de Investimento a mobilizar   | Fundo | Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto   | Indicador de Realização   |           |           | Indicador de Resultado  |           |           | Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar |
|--|-------|---|---|-----------|-----------|---|-----------|-----------|--|
|  |       |   | Indicador   | Meta 2018 | Meta 2023 | Indicador   | Meta 2018 | Meta 2023 |  |
| 10.01 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação | FSE   | Medidas no âmbito do eixo ITI7. PROMOÇÃO DOS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO (PI 10.1) | Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar                    | 1         | 1         | Definir Indicador Complementar  | 25%       | 75%       | 13.785.285                                 |
| 10.05 - Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas  | FEDER | Medidas no âmbito do eixo ITI7. PROMOÇÃO DOS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO (PI10.5)  | Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas | 1200      | 3000      | Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos) | 40%       | 80%       | 5.100.268                                  |

Tabela preenchida automaticamente com base na adição de linhas com a seguinte informação:

- Objetivo Temático (selecionar)
- Prioridade de Investimento (selecionar)
- Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto (preencher manualmente)
- Indicadores de Realização (selecionar)
- **Meta 2018** (preencher manualmente)
- **Meta 2023** (preencher manualmente)
- Indicadores de Resultado (selecionar)
- **Meta 2018** (preencher manualmente)
- **Meta 2023** (preencher manualmente)
- Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar (preencher manualmente)

### 3.3 Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

| Prioridade de Investimento a mobilizar   | Fundo | Eixo/Medida do Programa<br>Ação do Pacto                                       | Indicador de Realização   |           |           | Indicador de Resultado   |           |           | Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar |
|--|-------|--|---|-----------|-----------|--|-----------|-----------|--|
|  |       |  | Indicador   | Meta 2018 | Meta 2023 | Indicador  | Meta 2018 | Meta 2023 |  |
| 05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes | FC    | Medidas no âmbito do eixo ITI3. PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS                   | População que beneficia de medidas de proteção e prevenção          | 30000     | 60000     |  |           |           | 3.495.200                                  |
| 05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes | FC    | Medidas no âmbito do eixo ITI3. PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS                   |   |           |           | Nível de implementação das medidas de adaptação às alterações climáticas | 10%       | 30%       | 0  |
| 09.04 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral;            | FSE   | Medidas no âmbito do eixo ITI6. PROMOÇÃO DA COESÃO E INCLUSÃO SOCIAL (P.I 9.4) | Ações de melhoria de acesso a serviços para a população envelhecida | 8         | 12        |  |           |           | 11.283.343                                 |
| 09.04 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral;            | FSE   | Medidas no âmbito do eixo ITI6. PROMOÇÃO DA COESÃO E INCLUSÃO SOCIAL (P.I 9.4) |   |           |           | População coberta por novos serviços para a população envelhecida        | 600       | 1500      | 0  |

| Prioridade de Investimento a mobilizar  | Fundo | Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto   | Indicador de Realização |           |           | Indicador de Resultado   |           |           | Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar |
|---|-------|---|-------------------------|-----------|-----------|--|-----------|-----------|--|
|   |       |   | Indicador               | Meta 2018 | Meta 2023 | Indicador  | Meta 2018 | Meta 2023 |  |
| 09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária | FEDER | Medidas no âmbito do eixo IT16. PROMOÇÃO DA COESÃO E INCLUSÃO SOCIAL (PI 9.7)                     |                         |           |           | Taxa de cobertura de intervenção em equipamentos sociais   | 40%       | 80%       | 0  |
| 10.01 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação  | FSE   | Medidas no âmbito do eixo IT17. PROMOÇÃO DOS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO (PI 10.1) |                         |           |           | Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao abandono que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado | 25%       | 75%       | 0  |

Indicadores que podem ser preenchidos manualmente:

- Objetivo Temático (selecionar)
- Prioridade de Investimento (selecionar)
- Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto
- **Tipo de Indicador** (selecionar Realização ou Resultado)
- Designação
- Unidade
- **Meta 2018** (preencher manualmente)
- **Meta 2023** (preencher manualmente)
- Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar

Total da Proposta de Contratualização por Fundo:

| Fundo        | Valor (€)          |
|--------------|--------------------|
| FEDER        | 47.203.306         |
| FEADER       | 11.183.081         |
| FSE          | 43.069.689         |
| FC           | 3.495.200          |
| <b>Total</b> | <b>104.951.276</b> |

### 3.4 Realização

Síntese das principais realizações, incluindo mecanismos de recolha de dados para cálculo dos indicadores

Max. 3500 Caracteres

As principais realizações a alcançar com a implementação desta ITI, em linha com a EIDT, referem-se à inversão das tendências de desertificação e envelhecimento demográfico do AT, através da criação de condições socioeconómicas estruturais para que se verifique um efetivo processo de fixação populacional.

Criar oportunidades de emprego, rentabilizar recursos endógenos e maximizar a sua eficiência são elementos fundamentais para desenvolver a atratividade do território do AT e um dos pilares para fomentar a desejada fixação demográfica. A população jovem do AT são o principal grupo-alvo neste contexto. Busca-se, aqui, uma atitude pro-ativa de promoção do AT como um território dinâmico, uma região com potencialidades a explorar e uma terra com capacidade de se diferenciar. Os objetivos ITI1, ITI2, ITI5 e ITI8 e respetivas medidas procuram materializar este anseio. Alguns indicadores que poderão ser utilizados para mensurar o progresso na realização deste pilar incluem: % da população entre 0 e 24 anos residente no AT; taxa de natalidade no AT; nº de empregos criados/população total do AT.

Outros dos pilares fundamentais é o fortalecimento da resiliência da população local. Sendo o AT particularmente vulnerável aos efeitos negativos da atual dinâmica socioeconómica (imigração, desemprego, envelhecimento, etc.), o ITI oferece uma resposta à escala intermunicipal a estes desafios, promovendo uma melhoria generalizada nos padrões de qualidade de vida, assente no aperfeiçoamento e ampliação da oferta de serviços e equipamentos sociais e em medidas ativas de inclusão social de grupos específicos. Aqui a



população idosa constitui o público-alvo preferencial. A abordagem propugnada baseia-se numa lógica preventiva e corretiva – antecipação e prevenção de riscos e, na sua impossibilidade, controlo e mitigação dos seus efeitos – materializada nos objetivos ITI3, ITI4, ITI6 e ITI7. Alguns indicadores que poderão ser utilizados para mensurar o progresso na realização deste pilar incluem: % da população idosa servida pelos equipamentos e infraestruturas apoiados; nº de equipamentos/população total do AT; % de população do AT em pobreza ou em risco de exclusão social.

Atendendo à importância dos mecanismos de monitorização e avaliação na EIDT, o AT propõe-se a implementar um Observatório, responsável por recolher e sistematizar a informação relacionada com os diferentes indicadores que permitirão monitorizar os resultados e impactos da implementação da estratégia.

A CIM AT irá coordenar a implementação desta estrutura. O Observatório deverá envolver instituições de ensino, organismos da administração pública sub-regional, regional e nacional, onde se encontram a CCDRN, Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, Direção Regional de Agricultura do Norte, Instituto Nacionais de Estatística, municípios, entre outros.

Tendo em atenção os indicadores de resultado e de realização propostos e as metas a atingir com o ITI, bem como os demais indicadores mencionados nesta seção, sugere-se desde já que o Observatório possa assegurar a implementação dos seguintes mecanismos de acompanhamento, monitorização e autoavaliação:

- Reuniões de acompanhamento de projetos, com a presença do Grupo de Ação Regional ou dos Promotores/Gestores do Projetos;
- Reuniões de acompanhamento e monitorização da estratégia;
- Elaboração de relatórios semestrais de acompanhamento e execução da estratégia, com a sua evolução e a verificação da implementação.

## 4. Modelo de Governação

### 4.1 Modelo de gestão e organização que assegurem a prossecução do Pacto com eficácia e eficiência, incluindo descrição da equipa técnica

Max. 5000 Caracteres

O modelo de gestão definido está alinhado como o modelo previsto na EIDT assumindo a liderança do processo pela CIM AT, construindo a sua estrutura sobre os respetivos órgãos e competências, prevendo a inclusão de órgãos específicos para o fomento da mobilização e participação dos principais atores regionais do Alto Tâmega e envolvente. É assim proposto um órgão de direção (Conselho de Direção), por um órgão de gestão operacional (Secretariado Executivo) e por um órgão de acompanhamento e controlo (Conselho Estratégico).

#### CONSELHO DE DIREÇÃO

Órgão responsável pela eficácia e boa execução do Pacto, bem como pelo cumprimento das obrigações contratualizadas com a Autoridade de Gestão do Norte 2020. Este Conselho, alinhado com o Conselho Intermunicipal do Alto Tâmega, é constituído pelo Presidente da CIM AT, que preside ao órgão, e pelos presidentes de câmara dos municípios que integram a CIM. No âmbito da gestão e organização do Pacto este conselho tem as seguintes atribuições:

- Coordenar a implementação do Pacto e garantir a articulação com a EIDT AT;
- Assegurar a articulação com as autoridades de gestão dos programas operacionais;
- Estabelecer orientações gerais de gestão técnica do Pacto, designadamente sob proposta do Secretariado Executivo;
- Apreciar os pareceres do Conselho Estratégico e os relatórios de monitorização;
- Apreciar e aprovar os relatórios anuais de monitorização e avaliação do Pacto, em conformidade com a EIDT AT e com os indicadores, programa de ação e investimentos definidos;
- Informar ou sugerir, às autoridades de gestão dos programas operacionais, aspetos relacionados com candidaturas de operações, validação de despesas e abertura de concursos;
- Designar, acompanhar e fiscalizar a atividade do Secretariado Executivo.

#### SECRETARIADO EXECUTIVO

Tem como missão manter uma estreita relação com os promotores dos projetos, bem como assegurar, do ponto de vista técnico, a coordenação entre os diversos signatários do Pacto.

O Secretariado Executivo é assumido pelo Secretariado Executivo Intermunicipal. A equipa técnica é constituída por dois elementos: o Secretário Executivo da CIM, que assumirá a

coordenação técnica, e um gestor de projeto. Esta equipa conta com a colaboração ad hoc de outros técnicos da Comunidade Intermunicipal ou de entidades parceiras. As suas atribuições, no âmbito da organização e gestão do Pacto, são as seguintes:

- Assegurar a execução dos projetos e a sua comunicação com as autoridades de gestão;
- De um modo geral, informar e/ou submeter, para apreciação do Conselho de Direção, todas as questões que considere relevantes para a boa execução do Pacto e dos projetos;
- Recolher e tratar informação relativa aos indicadores de acompanhamento;
- Assegurar a monitorização operacional e financeira do Pacto, tendo em conta os objetivos e a metodologia preconizada no Pacto;
- Promover a articulação e o valor acrescentado das atividades dos diferentes promotores de projetos, procurando assegurar o cumprimento dos mesmos nos moldes previstos;
- Assegurar a articulação necessária entre os promotores dos projetos e os grupos de trabalho temáticos previstos;
- Elaborar e submeter ao Conselho de Direção relatórios de apoio à gestão e monitorização do Pacto, bem como relatórios anuais de monitorização dos projetos;
- Apoiar o Conselho de Direção e propor alterações às orientações gerais definidas no âmbito do Pacto;
- Divulgar o Pacto, os projetos e atividades previstos e os resultados da sua implementação;
- Executar tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços.

#### CONSELHO ESTRATÉGICO

Integrando representantes de entidades públicas e entidades privadas, de natureza associativa e empresarial, com relevância e intervenção no domínio dos interesses supramunicipais, este órgão tem um papel consultivo e é um facilitador privilegiado do envolvimento e da articulação com as entidades responsáveis pela implementação da EIDT e do Pacto.

É proposta a participação de diferentes tipologias de entidades, numa lógica de mobilização de “hélice quádrupla”, onde se incluem as entidades da administração pública (sendo neste caso de destacar as Câmaras Municipais e da ADRAT), as instituições de ensino da região e da envolvente, as empresas e suas associações (incluindo a ACISAT e as maiores empresas a atuar na região, mas também as cooperativas de produtores), e as entidades da sociedade civil (designadamente o IEFP, IPSS sub-regionais e Associações).

São suas atribuições:

- Assegurar a coerência da implementação dos projetos face aos objetivos definidos no Pacto e na EIDT;
- Apreciar e dar parecer sobre os relatórios anuais de monitorização e avaliação do Pacto;

- Dar parecer sobre orientações gerais relativas à execução do Pacto;
- Propor orientações técnicas sobre o exercício de monitorização e avaliação;
- Promover a articulação estratégica com entidades exteriores ao Pacto.

## 4.2 Mecanismos de acompanhamento e avaliação

Max. 7000 Caracteres

A previsão de mecanismos de acompanhamento e monitorização da implementação do pacto, e dos projetos previstos no mesmo, constitui um elemento essencial de garantia do enfoque nos resultados, por parte de todas as partes envolvidas na implementação do mesmo. Nessa medida, o acompanhamento e a avaliação da execução do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial para o Alto Tâmega no período 2014-2020 é responsabilidade de todos os órgãos que compõem a estrutura de governação. Para esse efeito, todos os órgãos que integram a estrutura de governação acompanharão o processo de implementação do Pacto, assegurando o conhecimento do processo de implementação em toda a sua plenitude.

O processo de monitorização estabelecido desenvolve-se do seguinte modo

- O Secretariado Executivo colige, analisa e elabora relatório de monitorização e avaliação do Pacto;
- O Conselho Estratégico aprecia e dá parecer sobre o relatório;
- O Conselho Diretivo toma conhecimento do parecer do Conselho Estratégico e aprecia o relatório.

Assim, no plano do reporte formal, compete ao Secretariado Executivo, com periodicidade anual, reunir e analisar a informação relativa ao estado da implementação do Pacto e dos projetos, tomando como referência o conjunto de indicadores e objetivos definidos.

Os resultados são enviados ao Conselho Estratégico, que aprecia o progresso alcançado e dá parecer de acordo com o nível de desenvolvimento da prossecução do Pacto, podendo sugerir medidas corretivas. Por último, o Conselho de Direção aprecia o relatório e o parecer do Conselho Estratégico e, se assim o entender, define medidas corretivas, que poderão envolver a redefinição do programa de investimentos. A apreciação por parte do Conselho de Direção ocorrerá todos os anos até ao dia 31 de janeiro do ano consecutivo ao período de análise. Deste modo, segundo a metodologia adotada, o processo de avaliação acompanhará todo o período de execução, durante todo o período de vigência do Pacto.

No plano operacional, o acompanhamento dos projetos e candidaturas é da responsabilidade do Secretariado Executivo, o qual terá como responsabilidade:

- Instruir e apreciar as candidaturas de projetos, verificando, designadamente o seu enquadramento nas regras definidas no respetivo Regulamento Específico;

- Formular pareceres técnicos sobre a viabilidade dos projetos, que permitam ao Conselho Diretivo fundamentar os seus pareceres;
- Garantir que a programação financeira apresentada na candidatura de cada projeto corresponda a uma estimativa dos pagamentos a efetuar pela entidade proponente durante os anos indicados;
- Manter atualizada a informação junto das autoridades de gestão sobre cada projeto;
- Verificar os elementos de despesa relativos às operações aprovadas;
- Preparar pedidos de pagamento;
- Prestar apoio às autoridades de gestão na preparação dos relatórios de execução;
- Efetuar acompanhamento físico e financeiro das candidaturas aprovadas.

Para além da concretização das tarefas associadas às responsabilidades descritas, as quais permitirão um conhecimento muito próximo dos projetos e do respetivo estado de implementação, a monitorização a realizar pelo secretariado executivo será assegurada através do acompanhamento direto dos projetos e da realização de reuniões com os promotores responsáveis pelos projetos.

Importa referir a definição de grupos de trabalho temáticos (potenciada pela prossecução do ciclo das Conversas In, de acordo com o referido no ponto 2.3.2, referente ao modelo de participação), organizados por prioridade de investimento, no qual participarão os promotores dos projetos. A constituição destes grupos de trabalho não só assegurará a adequada articulação entre promotores no plano operacional, como consolidará a lógica colaborativa entre estes, já iniciada aquando do desenvolvimento da EIDT. Estes grupos de trabalho reunirão entre si e articularão com o secretariado executivo sempre que necessário, contribuindo, assim, para a implementação de uma dinâmica de acompanhamento constante e presente, durante todo o período de execução dos projetos e do Pacto.

Por último, importa referir o papel do Observatório previsto na EIDT e assumido no presente Pacto (ponto 3.4). Como parte integrante da estrutura de governação da EIDT, o Observatório é responsável pela recolha e sistematização de toda a informação relacionada com as realidades sub-regionais e com os diferentes indicadores que permitirão monitorizar os resultados e impactos da implementação da EIDT. Nesse sentido, a informação recolhida pelo Observatório será partilhada com o Secretariado Executivo, que assim contará com uma fonte adicional de dados e indicadores que permitirão um mais rigoroso acompanhamento do alinhamento entre os projetos, o Pacto e a EIDT.

## 4.3 Envolvimento e responsabilidades dos parceiros

Max. 5000 Caracteres

O envolvimento e a responsabilidade dos parceiros perante o Conselho de Direção, no âmbito da implementação do Pacto, estrutura-se em torno de 3 aspetos essenciais:

- Execução dos projetos,
- Prestação de contas;
- Divulgação dos projetos.

No que se refere à execução dos projetos, os parceiros são responsáveis por:

- Executar as atividades inscritas, de acordo com a descrição e objetivos contidos na respetiva ficha de projeto;
- Velar pela implementação do projeto nos termos e prazos previstos na ficha de projeto, respeitando sempre as normas legais e fiscais aplicáveis aos FEEI;
- Respeitar e fazer respeitar o Pacto assinado entre todos os promotores;
- Comunicar ao Secretariado Executivo qualquer decisão ou modificação com influência nas condições definidas no Pacto e na ficha de projeto;
- Coordenar a implementação de atividades com outras entidades, no caso de projetos com parceiros adicionais;
- Informar o Secretariado Executivo sobre quaisquer alterações aos objetivos e conteúdo dos projetos aprovados, acompanhado da respetiva justificação;
- Proceder ou participar na divulgação do projeto ou de todo o Pacto;
- Manter toda a informação relativa à elaboração e implementação dos projetos, incluindo de ordem financeira e procedimental, nomeadamente: Garantir que são entregues os documentos justificativos relativos às despesas efetuadas; Assegurar que mantém contabilidade organizada; Apresentar pedidos de pagamento; Coordenar o pagamento aos restantes beneficiários, de acordo com o definido no projeto;
- Responsabilizar-se pelo cumprimento das mesmas obrigações por parte dos restantes beneficiários do projeto.

No que se refere à prestação de contas, elemento essencial do processo de monitorização e avaliação, os promotores dos projetos são responsáveis por:

- Facilitar os mecanismos de acompanhamento por parte do Secretariado Executivo, entregando ao mesmo toda a informação necessária para a sua monitorização e avaliação a nível técnico e financeiro;
- Elaborar ficha síntese da execução dos projetos, com uma periodicidade anual, tendo por base modelo a entregar pelo Secretariado Executivo;

- Elaborar e enviar a quantificação dos indicadores do projeto no final de cada ano civil;
- Enviar com periodicidade anual ficha síntese do projeto para o Secretariado Executivo.

No que se refere à publicidade e informação, os parceiros têm o dever de:

- Realizar atividades de informação e divulgação do projeto, de acordo com as determinações do Conselho de Direção;
- Prestar apoio em todas as atividades de informação e divulgação do projeto, quando solicitadas pelo Conselho de Direção ou o Secretariado Executivo;
- Comunicar no final de cada ano civil todas as atividades de disseminação desenvolvidas no âmbito do projeto;
- Guardar e enviar no final de cada ano civil versão em papel ou eletrônica dos materiais de comunicação, publicidade ou informação elaborados no âmbito do projeto.



## 5. Quadro de Investimentos

Promotor (NIF e Nome ou Designação Social)

Objetivo Temático

Prioridade Investimento

Caracterização do Investimento:

- Designação
- Ano de Início
- Investimento Total (€)

Concelho:

- Código
- Designação
- Imputação (%)

| P.I.  | Designação   | NIF Promotor | Promotor                                 | Investimento Total | Ano de Início | Concelho | % Imputação | NUTS III    |
|-------|--|--------------|--|--------------------|---------------|----------|-------------|-------------|
| 02.03 | ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL  | 510957579    | COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÂMEGA | 120.000            | 2016          | Chaves   | 25          | Alto Tâmega |
| 02.03 | MODERNIZAÇÃO, EVOLUÇÃO E RENTABILIZAÇÃO DO CENTRO DE DADOS   | 506886964    | MUNICÍPIO DE BOTICAS                     | 50.000             | 2016          | Boticas  | 100         | Alto Tâmega |
| 02.03 | MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE REDES DE COMUNICAÇÕES. SISTEMAS E INFRAESTRUTURAS DE SUPORTE À MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA | 506886964    | MUNICÍPIO DE BOTICAS                     | 40.000             | 2016          | Boticas  | 100         | Alto Tâmega |
| 02.03 | DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS DE SUPORTE À MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA  | 506886964    | MUNICÍPIO DE BOTICAS                     | 30.000             | 2016          | Boticas  | 100         | Alto Tâmega |
| 02.03 | PRESTAÇÃO DIGITAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE FORMA INTEGRADA E TOTALMENTE DESMATERIALIZADA                                      | 506886964    | MUNICÍPIO DE BOTICAS                     | 120.000            | 2016          | Boticas  | 100         | Alto Tâmega |
| 02.03 | DIGITALIZAÇÃO DOS PROCESOS DE URBANISMO EM FORMATO PAPEL   | 506886964    | MUNICIPIO DE BOTICAS                     | 5.000              | 2016          | Boticas  | 100         | Alto Tâmega |
| 02.03 | EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO TERRITORIAL (SIG)  | 506886964    | MUNICIPIO DE BOTICAS                     | 10.000             | 2016          | Boticas  | 100         | Alto Tâmega |
| 02.03 | CIBERINCLUSÃO E CULTURA ELECTRONICA  | 506886964    | MUNICIPIO DE BOTICAS                     | 150.000            | 2016          | Boticas  | 100         | Alto Tâmega |
| 02.03 | MODELOS DESCENTRALIZADOS DE ATENDIMENTO  | 501205551    | MUNICÍPIO DE CHAVES                      | 190.000            | 2016          | Chaves   | 100         | Alto Tâmega |
| 02.03 | ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL  | 501205551    | MUNICÍPIO DE CHAVES                      | 120.000            | 2016          | Chaves   | 100         | Alto Tâmega |
| 02.03 | EFICIÊNCIA DOS PROCESSOS   | 501205551    | MUNICÍPIO DE CHAVES                      | 145.000            | 2016          | Chaves   | 100         | Alto Tâmega |

| P.I.  | Designação   | NIF Promotor | Promotor  | Investimento Total | Ano de Início | Concelho          | % Imputação | NUTS III    |
|-------|--|--------------|---|--------------------|---------------|-------------------|-------------|-------------|
| 02.03 | SERVIÇOS PÚBLICOS ONLINE   | 506149811    | MUNICÍPIO DE MONTALEGRE                               | 300.000            | 2016          | Montalegre        | 100         | Alto Tâmega |
| 02.03 | AÇÕES DE EXPERIMENTAÇÃO  | 506149811    | MUNICÍPIO DE MONTALEGRE                               | 56.250             | 2016          | Montalegre        | 100         | Alto Tâmega |
| 02.03 | EFICIÊNCIA DOS PROCESSOS   | 506149811    | MUNICÍPIO DE MONTALEGRE                               | 217.000            | 2016          | Montalegre        | 100         | Alto Tâmega |
| 02.03 | MODELOS DESCENTRALIZADOS DE ATENDIMENTO  | 506818098    | MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA                          | 97.855             | 2016          | Ribeira da Pena   | 100         | Alto Tâmega |
| 02.03 | EFICIÊNCIA DOS PROCESSOS   | 506818098    | MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA                          | 118.145            | 2016          | Ribeira da Pena   | 100         | Alto Tâmega |
| 02.03 | SERVIÇOS PÚBLICOS ONLINE   | 506874320    | MUNICÍPIO DE VALPAÇOS                                 | 390.000            | 2016          | Valpaços          | 100         | Alto Tâmega |
| 02.03 | MODELOS DESCENTRALIZADOS DE ATENDIMENTO  | 506874320    | MUNICÍPIO DE VALPAÇOS                                 | 60.000             | 2016          | Valpaços          | 100         | Alto Tâmega |
| 02.03 | EFICIÊNCIA DOS PROCESSOS   | 506874320    | MUNICÍPIO DE VALPAÇOS                                 | 174.766            | 2016          | Valpaços          | 100         | Alto Tâmega |
| 02.03 | MODELOS DESCENTRALIZADOS DE ATENDIMENTO  | 506810267    | MUNICÍPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR                     | 250.000            | 2016          | Vila Pouca Aguiar | 100         | Alto Tâmega |
| 02.03 | ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL  | 506810267    | MUNICÍPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR                     | 125.000            | 2016          | Vila Pouca Aguiar | 100         | Alto Tâmega |
| 02.03 | EFICIÊNCIA DOS PROCESSOS   | 506810267    | MUNICÍPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR                     | 125.000            | 2016          | Vila Pouca Aguiar | 100         | Alto Tâmega |
| 03.04 | REABILITAÇÃO DE REGADIOS TRADICIONAIS - BOTICAS                                      | 506886964    | MUNICÍPIO DE BOTICAS                                  | 1.581.923          | 2016          | Boticas           | 100         | Alto Tâmega |
| 03.04 | REABILITAÇÃO DE REGADIOS TRADICIONAIS - CHAVES                                       | 501205551    | MUNICÍPIO DE CHAVES                                   | 2.568.889          | 2016          | Chaves            | 100         | Alto Tâmega |
| 03.04 | REABILITAÇÃO DE REGADIOS TRADICIONAIS - MONTALEGRE                                   | 506149811    | MUNICÍPIO DE MONTALEGRE                               | 2.365.200          | 2016          | Montalegre        | 100         | Alto Tâmega |
| 03.04 | REABILITAÇÃO DE REGADIOS TRADICIONAIS - RIBEIRA DE PENA                              | 506818098    | MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA                          | 1.255.554          | 2016          | Ribeira da Pena   | 100         | Alto Tâmega |
| 03.04 | REABILITAÇÃO DE REGADIOS TRADICIONAIS – VALPAÇOS                                     | 506874320    | MUNICÍPIO DE VALPAÇOS                                 | 945.000            | 2016          | Valpaços          | 100         | Alto Tâmega |
| 03.04 | REABILITAÇÃO DE REGADIOS TRADICIONAIS – VP AGUIAR                                    | 506810267    | MUNICÍPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR                     | 2.955.000          | 2016          | Vila Pouca Aguiar | 100         | Alto Tâmega |
| 03.04 | MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DA BARRAGEM DE ARCOSSÓ, DO AH DA VEIGA DE CHAVES | 600082440    | DIRECÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL | 435.000            | 2016          | Chaves            | 100         | Alto Tâmega |
| 03.04 | REABILITAÇÃO OU ALARGAMENTO DE APROVEITAMENTOS HIDROAGRÍCOLAS-CURALHA                | 600000354    | DIRECÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE       | 475.000            | 2016          | Chaves            | 100         | Alto Tâmega |
| 03.04 | REABILITAÇÃO OU ALARGAMENTO DE APROVEITAMENTOS HIDROAGRÍCOLAS-REGO DO MILHO          | 600000354    | DIRECÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE       | 100.000            | 2016          | Chaves            | 100         | Alto Tâmega |

| P.I.  | Designação   | NIF Promotor | Promotor  | Investimento Total | Ano de Início | Concelho          | % Imputação | NUTS III    |
|-------|--|--------------|---|--------------------|---------------|-------------------|-------------|-------------|
| 03.04 | REABILITAÇÃO OU ALARGAMENTO DE APROVEITAMENTOS HIDROAGRÍCOLAS – MAIROS | 600000354    | DIRECÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE | 475.000            | 2016          | Chaves            | 100         | Alto Tâmega |
| 04.03 | ILUMINAÇÃO PÚBLICA   | 506149811    | MUNICÍPIO DE MONTALEGRE                         | 1.430.565          | 2016          | Montalegre        | 100         | Alto Tâmega |
| 04.03 | ILUMINAÇÃO PÚBLICA   | 506886964    | MUNICÍPIO DE BOTICAS                            | 1.570.265          | 2016          | Boticas           | 100         | Alto Tâmega |
| 04.03 | ILUMINAÇÃO PÚBLICA   | 501205551    | MUNICÍPIO DE CHAVES                             | 4.070.986          | 2016          | Chaves            | 100         | Alto Tâmega |
| 04.03 | ILUMINAÇÃO PÚBLICA   | 506818098    | MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA                    | 608.853            | 2016          | Ribeira da Pena   | 100         | Alto Tâmega |
| 04.03 | ILUMINAÇÃO PÚBLICA   | 506810267    | MUNICÍPIO DE Vila POUCA DE AGUIAR               | 1.663.499          | 2016          | Vila Pouca Aguiar | 100         | Alto Tâmega |
| 04.03 | ILUMINAÇÃO PÚBLICA   | 506874320    | MUNICÍPIO DE VALPAÇOS                           | 1.220.462          | 2016          | Valpaços          | 100         | Alto Tâmega |
| 04.03 | EDIFÍCIOS  | 506886964    | MUNICÍPIO DE BOTICAS                            | 602.516            | 2016          | Boticas           | 100         | Alto Tâmega |
| 04.03 | EDIFÍCIOS  | 501205551    | MUNICÍPIO DE CHAVES                             | 7.075.888          | 2016          | Chaves            | 100         | Alto Tâmega |
| 04.03 | EDIFÍCIOS  | 506149811    | MUNICÍPIO DE MONTALEGRE                         | 516.501            | 2016          | Montalegre        | 100         | Alto Tâmega |
| 04.03 | EDIFÍCIOS  | 506818098    | MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA                    | 371.733            | 2016          | Ribeira da Pena   | 100         | Alto Tâmega |
| 04.03 | EDIFÍCIOS  | 506810267    | MUNICÍPIO DE Vila POUCA DE AGUIAR               | 2.271.270          | 2016          | Vila Pouca Aguiar | 100         | Alto Tâmega |
| 04.03 | EDIFÍCIOS  | 506874320    | MUNICÍPIO DE VALPAÇOS                           | 1.740.524          | 2016          | Valpaços          | 100         | Alto Tâmega |
| 05.02 | REVISÃO DOS PLANOS DE EMERGÊNCIA                                       | 510957579    | COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÂMEGA        | 92.000             | 2016          | Chaves            | 25          | Alto Tâmega |
| 05.02 | REMODELAÇÃO DO QUARTEL DE BOMBEIROS                                    | 506886964    | MUNICIPIO DE BOTICAS                            | 300.000            | 2016          | Boticas           | 25          | Alto Tâmega |
| 05.02 | REMODELAÇÃO DO QUARTEL DE BOMBEIROS DE CARRAZEDO                       | 506874320    | MUNICIPIO DE VALPAÇOS                           | 100.000            | 2016          | Valpaços          | 25          | Alto Tâmega |
| 05.02 | CENTRO DE PROTEÇÃO CIVIL   | 506818098    | MUNICIPIO DE RIBEIRA DE PENA                    | 600.000            | 2016          | Ribeira da Pena   | 25          | Alto Tâmega |
| 05.02 | EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL                                    | 510957579    | COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÂMEGA        | 250.000            | 2016          | Chaves            | 25          | Alto Tâmega |
| 05.02 | VEÍCULOS PARA A PROTEÇÃO CIVIL / VUCI E VFCI                           | 510957579    | COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÂMEGA        | 1.820.000          | 2016          | Chaves            | 25          | Alto Tâmega |
| 05.02 | BOCAS DE INCENDIO  | 510957579    | COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÂMEGA        | 300.000            | 2016          | Chaves            | 25          | Alto Tâmega |

| P.I.  | Designação   | NIF Promotor | Promotor                                     | Investimento Total | Ano de Início | Concelho          | % Imputação | NUTS III    |
|-------|--|--------------|--|--------------------|---------------|-------------------|-------------|-------------|
| 05.02 | ESTUDOS TÉCNICOS, CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO   | 510957579    | COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÂMEGA     | 50.000             | 2016          | Chaves            | 25          | Alto Tâmega |
| 05.02 | BASE DE APOIO LOGÍSTICO  | 506810267    | MUNICÍPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR            | 600.000            | 2016          | Vila Pouca Aguiar | 100         | Alto Tâmega |
| 08.03 | PLANO DE EMPREENDEDORISMO DO ALTO TÂMEGA – Ações de reforço do ecossistema de empreendedorismo   | 502787228    | ADRAT  | 1.872.417          | 2015          | Chaves            | 25          | Alto Tâmega |
| 08.03 | PLANO DE EMPREENDEDORISMO DO ALTO TÂMEGA – Apoios à criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras | 502787228    | ADRAT  | 2.000.000          | 2015          | Chaves            | 25          | Alto Tâmega |
| 08.03 | MEDIDAS DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO E À CRIAÇÃO DO PRÓPRIO EMPREGO  | 501442600    | INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL | 1.452.206          | 2015          | Chaves            | 25          | Alto Tâmega |
| 08.08 | PLANO DE EMPREENDEDORISMO DO ALTO TÂMEGA – Apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas   | 502787228    | ADRAT  | 2.500.000          | 2015          | Chaves            | 25          | Alto Tâmega |
| 08.08 | MEDIDAS DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO E À CRIAÇÃO DO PRÓPRIO EMPREGO  | 501442600    | INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL | 255.983            | 2015          | Chaves            | 25          | Alto Tâmega |
| 08.08 | INSTITUTO EMPRESARIAL DE VPA   | 506810267    | MUNICÍPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR            | 1.507.000          | 2015          | Vila Pouca Aguiar | 100         | Alto Tâmega |
| 08.08 | NUCLEO DE DESENVOLVIMENTO ASSOCIATIVO E EMPRESARIAL  | 506149811    | MUNICÍPIO DE MONTALEGRE                      | 450.000            | 2015          | Montalegre        | 100         | Alto Tâmega |
| 08.08 | NUCLEO DE APOIO EMPRESARIAL  | 506874320    | MUNICÍPIO DE VALPAÇOS                        | 350.000            | 2015          | Valpaços          | 100         | Alto Tâmega |
| 08.08 | IMPLEMENTAÇÃO DO ORDENAMENTO DAS ÁREAS CATIVAS- PEDRAS SALGADAS, FALPERRA E TELÕES NO SECTOR DO GRANITO  | 506810267    | MUNICÍPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR            | 500.000            | 2015          | Vila Pouca Aguiar | 100         | Alto Tâmega |
| 09.01 | CONTRATOS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL   | 501205551    | MUNICÍPIO DE CHAVES                          | 1.050.000          | 2015          | Chaves            | 100         | Alto Tâmega |
| 09.01 | CONTRATOS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL   | 506149811    | MUNICÍPIO DE MONTALEGRE                      | 1.225.000          | 2015          | Montalegre        | 100         | Alto Tâmega |
| 09.01 | CONTRATOS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL   | 506810267    | MUNICÍPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR            | 1.050.000          | 2015          | Vila Pouca Aguiar | 100         | Alto Tâmega |
| 09.01 | CONTRATOS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL   | 506818098    | MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENHA                | 1.050.000          | 2015          | Ribeira da Pena   | 100         | Alto Tâmega |
| 09.01 | CONTRATOS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL   | 506886964    | MUNICÍPIO DE BOTICAS                         | 1.050.000          | 2015          | Boticas           | 100         | Alto Tâmega |
| 09.01 | CONTRATOS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL   | 506874320    | MUNICÍPIO DE VALPAÇOS                        | 1.050.000          | 2015          | Valpaços          | 100         | Alto Tâmega |
| 09.01 | CAPACITAÇÃO PARA A INCLUSÃO  | 506886964    | MUNICÍPIO DE BOTICAS                         | 861.935            | 2015          | Boticas           | 100         | Alto Tâmega |
| 09.01 | CAPACITAÇÃO PARA A INCLUSÃO – PROJETO RAIZ   | 506874320    | MUNICÍPIO DE VALPAÇOS                        | 4.246.160          | 2015          | Valpaços          | 100         | Alto Tâmega |

| P.I.  | Designação  | NIF Promotor | Promotor   | Investimento Total | Ano de Início | Concelho          | % Imputação | NUTS III    |
|-------|---|--------------|--|--------------------|---------------|-------------------|-------------|-------------|
| 09.01 | CAPACITAÇÃO PARA A INCLUSÃO - ESPERANÇA DE VIDA           | 503455857    | ASSOCIAÇÃO BORDA D'ÁGUA                            | 650.000            | 2015          | Montalegre        | 100         | Alto Tâmega |
| 09.01 | CAPACITAÇÃO PARA A INCLUSÃO                               | 500745749    | CRUZ VERMELHA DE CHAVES                            | 1.050.000          | 2015          | Chaves            | 25          | Alto Tâmega |
| 09.01 | CAPACITAÇÃO PARA A INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA  | 504229265    | ASSOCIAÇÃO FLÔR DO TÂMEGA PARA APOIO A DEFICIENTES | 420.000            | 2015          | Chaves            | 25          | Alto Tâmega |
| 09.01 | INCLUSÃO ATIVA - APOIO À CELEBRAÇÃO DE CEI                | 502787228    | ADRAT  | 500.000            | 2015          | Chaves            | 25          | Alto Tâmega |
| 09.01 | DA SEARA AO TEAR  | 506149811    | MUNICÍPIO DE MONTALEGRE                            | 650.000            | 2015          | Montalegre        | 100         | Alto Tâmega |
| 09.01 | ARTES E OFÍCIOS   | 506149811    | MUNICÍPIO DE MONTALEGRE                            | 1.000.000          | 2015          | Montalegre        | 100         | Alto Tâmega |
| 09.04 | CENTRO DE APOIO A PORTADORES DE ALZHEIMER                 | 507691350    | ASSOCIAÇÃO CHAVES SOCIAL                           | 840.000            | 2015          | Chaves            | 100         | Alto Tâmega |
| 09.04 | UNIDADE DE APOIO FAMILIAR                                 | 507691350    | ASSOCIAÇÃO CHAVES SOCIAL                           | 350.000            | 2015          | Chaves            | 100         | Alto Tâmega |
| 09.04 | UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE                                    | 507691350    | ASSOCIAÇÃO CHAVES SOCIAL                           | 262.500            | 2015          | Chaves            | 100         | Alto Tâmega |
| 09.04 | ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL                                   | 501205551    | MUNICÍPIO DE CHAVES                                | 350.000            | 2015          | Chaves            | 100         | Alto Tâmega |
| 09.04 | ITINERÂNCIAS CULTURAIS, SOCIAIS E "DIGITAIS" COM SÉNIORES | 506149811    | MUNICÍPIO DE MONTALEGRE                            | 250.000            | 2015          | Montalegre        | 100         | Alto Tâmega |
| 09.04 | IDADE +   | 506818098    | MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA                       | 1.050.000          | 2015          | Ribeira da Pena   | 100         | Alto Tâmega |
| 09.04 | SUORTE AO DOENTE EM CASA/NA COMUNIDADE                    | 506818098    | MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA                       | 420.000            | 2015          | Ribeira da Pena   | 100         | Alto Tâmega |
| 09.04 | UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE                                    | 506818098    | MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA                       | 840.000            | 2015          | Ribeira da Pena   | 100         | Alto Tâmega |
| 09.04 | REDE LOCAL DE INTERVENÇÃO SOCIAL                          | 506818098    | MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA                       | 1.260.000          | 2015          | Ribeira da Pena   | 100         | Alto Tâmega |
| 09.04 | TERAPIA ASSISTIDA POR CAVALOS                             | 506810267    | MUNICÍPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR                  | 120.000            | 2015          | Vila Pouca Aguiar | 100         | Alto Tâmega |
| 09.04 | PROJETO INCLUSIVO PARA CRIANÇAS E JOVENS EM IDADE ESCOLAR | 506810267    | MUNICÍPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR                  | 1.054.000          | 2015          | Vila Pouca Aguiar | 100         | Alto Tâmega |
| 09.04 | PROJETO INCLUSIVO PARA FAMILIAS DESFAVORECIDAS            | 506810267    | MUNICÍPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR                  | 250.000            | 2015          | Vila Pouca Aguiar | 100         | Alto Tâmega |
| 09.04 | TELEASSISTÊNCIA   | 506810267    | MUNICÍPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR                  | 150.000            | 2015          | Vila Pouca Aguiar | 100         | Alto Tâmega |
| 09.04 | PROJETO AFETOS - ENVELHECIMENTO ATIVO                     | 506874320    | MUNICÍPIO DE VALPAÇOS                              | 105.000            | 2015          | Valpaços          | 100         | Alto Tâmega |

| P.I.  | Designação  | NIF Promotor | Promotor   | Investimento Total | Ano de Início | Concelho          | % Imputação | NUTS III    |
|-------|---|--------------|--|--------------------|---------------|-------------------|-------------|-------------|
| 09.04 | PROJETO LIBELINHA - APOIOS A FAMÍLIAS MONOPARENTAIS   | 506874320    | MUNICÍPIO DE VALPAÇOS                              | 1.033.310          | 2015          | Valpaços          | 100         | Alto Tâmega |
| 09.04 | PROJETO "PII- PROXIMIDADE AO IDOSO ISOLADO"   | 506874320    | MUNICÍPIO DE VALPAÇOS                              | 210.000            | 2015          | Valpaços          | 100         | Alto Tâmega |
| 09.04 | CONSIGO SEMPRE - ACOMPANHAMENTO DE DOENÇAS CRÓNICAS E SITUAÇÕES DE ISOLAMENTO/VULNERABILIDADE | 500745749    | CRUZ VERMELHA DE CHAVES                            | 1.681.640          | 2015          | Chaves            | 25          | Alto Tâmega |
| 09.04 | REDE LOCAL DE INSERÇÃO SOCIAL   | 506790878    | SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BOTICAS              | 840.000            | 2015          | Boticas           | 100         | Alto Tâmega |
| 09.04 | ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL   | 506790878    | SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BOTICAS              | 490.000            | 2015          | Boticas           | 100         | Alto Tâmega |
| 09.04 | APOIO AOS SERVIÇOS INOVADORES DE INCLUSÃO   | 502787228    | ADRAT  | 450.000            | 2015          | Chaves            | 25          | Alto Tâmega |
| 09.04 | DAR VIDA AOS ANOS ENVELHECENDO  | 506886964    | MUNICÍPIO DE BOTICAS                               | 705.643            | 2015          | Boticas           | 100         | Alto Tâmega |
| 09.04 | REABILITAÇÃO E OCUPAÇÃO   | 506886964    | MUNICÍPIO DE BOTICAS                               | 562.428            | 2015          | Boticas           | 100         | Alto Tâmega |
| 09.07 | BENEFICIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS  | 506790878    | SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BOTICAS              | 1.300.000          | 2015          | Boticas           | 100         | Alto Tâmega |
| 09.07 | REABILITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INFANTIL DE CHAVES   | 510853170    | GERAÇÃO SOLIDÁRIA                                  | 650.000            | 2015          | Chaves            | 100         | Alto Tâmega |
| 09.07 | EQUIPAMENTO SOCIAL PARA DEFICIENTES   | 504229265    | ASSOCIAÇÃO FLÔR DO TÂMEGA PARA APOIO A DEFICIENTES | 1.901.430          | 2015          | Chaves            | 25          | Alto Tâmega |
| 09.07 | LAR RESIDENCIAL E CENTRO PARA DOENTES DE ALZHEIMER  | 500745749    | CRUZ VERMELHA DE CHAVES                            | 1.243.798          | 2015          | Chaves            | 25          | Alto Tâmega |
| 09.07 | CENTRO DE DIA E APOIO DOMICILIÁRIO PARA DEMÊNCIA  | 507691350    | ASSOCIAÇÃO CHAVES SOCIAL                           | 459.713            | 2015          | Chaves            | 100         | Alto Tâmega |
| 09.07 | LAR DE ACAMADOS (SUBSTITUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS)  | 501429930    | SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CHAVES               | 1.467.982          | 2015          | Chaves            | 100         | Alto Tâmega |
| 09.07 | RECUPERAÇÃO E BENEFICIAÇÃO PARA CENTRO DE ACTIVIDADES OCUPACIONAIS                            | 506149811    | MUNICÍPIO DE MONTALEGRE                            | 800.000            | 2015          | Montalegre        | 100         | Alto Tâmega |
| 09.07 | BENEFICIAÇÃO DO LAR DE CERVA  | 506818098    | MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA                       | 2.750.000          | 2015          | Ribeira da Pena   | 100         | Alto Tâmega |
| 09.07 | ALARGAMENTO DO LAR DE RIBEIRA DE PENA   | 506818098    | MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA                       | 3.000.000          | 2015          | Ribeira da Pena   | 100         | Alto Tâmega |
| 09.07 | CENTRO DE ACTIVIDADES SOCIAIS   | 506874320    | MUNICÍPIO DE VALPAÇOS                              | 500.000            | 2015          | Valpaços          | 100         | Alto Tâmega |
| 09.07 | PROJECTO PRIMULA ( RECUPERAÇÃO DE EDIFICIOS)  | 506874320    | MUNICÍPIO DE VALPAÇOS                              | 700.000            | 2015          | Valpaços          | 100         | Alto Tâmega |
| 09.07 | SERVIÇOS DE INTERNAMENTO PSIQUIÁTRICO - LAR RESIDENCIAL - SIP                                 | 506810267    | MUNICÍPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR                  | 2.750.000          | 2015          | Vila Pouca Aguiar | 100         | Alto Tâmega |

| P.I.  | Designação  | NIF Promotor | Promotor                                       | Investimento Total | Ano de Início | Concelho          | % Imputação | NUTS III    |
|-------|---|--------------|--|--------------------|---------------|-------------------|-------------|-------------|
| 09.07 | CAO -CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS  | 506810267    | MUNICÍPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR              | 335.000            | 2015          | Vila Pouca Aguiar | 100         | Alto Tâmega |
| 09.07 | REMODELAÇÃO DE EDIFÍCIO MUNICIPAL DESTINADO À CRUZ VERMELHA   | 506874320    | MUNICÍPIO DE VALPAÇOS                          | 75.000             | 2015          | Valpaços          | 100         | Alto Tâmega |
| 10.01 | PLANO INTEGRADO E INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR NO ALTO TÂMEGA   | 510957579    | COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÂMEGA       | 120.000            | 2015          | Chaves            | 25          | Alto Tâmega |
| 10.01 | Reforço da ação social escolar nos ensinos básico e secundário  | 600077969    | AGRUPAMENTO DE ESCOLAS GOMES MONTEIRO          | 329.000            | 2015          | Boticas           | 100         | Alto Tâmega |
| 10.01 | Medidas de prevenção e redução do abandono escolar  | 600077969    | AGRUPAMENTO DE ESCOLAS GOMES MONTEIRO          | 714.000            | 2015          | Boticas           | 100         | Alto Tâmega |
| 10.01 | Medidas de melhoria do sucesso educativo  | 600077969    | AGRUPAMENTO DE ESCOLAS GOMES MONTEIRO          | 1.204.000          | 2015          | Boticas           | 100         | Alto Tâmega |
| 10.01 | Informação, monitorização e avaliação de medidas de prevenção do abandono escolar e promoção do sucesso educativo | 600077969    | AGRUPAMENTO DE ESCOLAS GOMES MONTEIRO          | 154.000            | 2015          | Boticas           | 100         | Alto Tâmega |
| 10.01 | Programa de Apoio a Alunos com Necessidades Educativas Especiais  | 600077969    | AGRUPAMENTO DE ESCOLAS GOMES MONTEIRO          | 329.000            | 2015          | Boticas           | 100         | Alto Tâmega |
| 10.01 | Reforço da ação social escolar nos ensinos básico e secundário  | 600077632    | AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VILA POUCA DE AGUIAR | 724.500            | 2015          | Vila Pouca Aguiar | 100         | Alto Tâmega |
| 10.01 | Medidas de prevenção e redução do abandono escolar  | 600077632    | AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VILA POUCA DE AGUIAR | 350.000            | 2015          | Vila Pouca Aguiar | 100         | Alto Tâmega |
| 10.01 | Informação, monitorização e avaliação de medidas de prevenção do abandono escolar e promoção do sucesso educativo | 600077632    | AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VILA POUCA DE AGUIAR | 192.500            | 2015          | Vila Pouca Aguiar | 100         | Alto Tâmega |
| 10.01 | Programa de Apoio a Alunos com Necessidades Educativas Especiais  | 600077632    | AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VILA POUCA DE AGUIAR | 462.000            | 2015          | Vila Pouca Aguiar | 100         | Alto Tâmega |
| 10.01 | Medidas de prevenção e redução do abandono escolar  | 600077233    | AGRUPAMENTO DE ESCOLAS RIBEIRA DE PENA         | 175.000            | 2015          | Ribeira da Pena   | 100         | Alto Tâmega |
| 10.01 | Medidas de melhoria do sucesso educativo  | 600077233    | AGRUPAMENTO DE ESCOLAS RIBEIRA DE PENA         | 224.000            | 2015          | Ribeira da Pena   | 100         | Alto Tâmega |
| 10.01 | Programa de Apoio a Alunos com Necessidades Educativas Especiais  | 600077233    | AGRUPAMENTO DE ESCOLAS RIBEIRA DE PENA         | 105.000            | 2015          | Ribeira da Pena   | 100         | Alto Tâmega |
| 10.01 | Reforço da ação social escolar nos ensinos básico e secundário  | 600076598    | AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VALPAÇOS             | 1.749.424          | 2015          | Valpaços          | 100         | Alto Tâmega |
| 10.01 | Medidas de prevenção e redução do abandono escolar  | 600076598    | AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VALPAÇOS             | 280.000            | 2015          | Valpaços          | 100         | Alto Tâmega |
| 10.01 | Medidas de melhoria do sucesso educativo  | 600076598    | AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VALPAÇOS             | 63.160             | 2015          | Valpaços          | 100         | Alto Tâmega |
| 10.01 | Informação, monitorização e avaliação de medidas de prevenção do abandono escolar e promoção do sucesso educativo | 600076598    | AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VALPAÇOS             | 1.960              | 2015          | Valpaços          | 100         | Alto Tâmega |
| 10.01 | Programa de Apoio a Alunos com Necessidades Educativas Especiais  | 600076598    | AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VALPAÇOS             | 151.900            | 2015          | Valpaços          | 100         | Alto Tâmega |



| P.I.  | Designação  | NIF Promotor | Promotor   | Investimento Total | Ano de Início | Concelho   | % Imputação | NUTS III    |
|-------|---|--------------|--|--------------------|---------------|------------|-------------|-------------|
| 10.01 | Medidas de prevenção e redução do abandono escolar  | 600076512    | AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. BENTO DA CRUZ- MONTALEGRE | 185.500            | 2015          | Montalegre | 100         | Alto Tâmega |
| 10.01 | Programa de Apoio a Alunos com Necessidades Educativas Especiais  | 600076512    | AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. BENTO DA CRUZ- MONTALEGRE | 87.500             | 2015          | Montalegre | 100         | Alto Tâmega |
| 10.01 | Reforço da ação social escolar nos ensinos básico e secundário  | 600085600    | AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. ANTÓNIO GRANJO            | 1.393.000          | 2015          | Chaves     | 100         | Alto Tâmega |
| 10.01 | Medidas de prevenção e redução do abandono escolar  | 600085600    | AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. ANTÓNIO GRANJO            | 1.270.000          | 2015          | Chaves     | 100         | Alto Tâmega |
| 10.01 | Medidas de melhoria do sucesso educativo  | 600085600    | AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. ANTÓNIO GRANJO            | 413.000            | 2015          | Chaves     | 100         | Alto Tâmega |
| 10.01 | Informação, monitorização e avaliação de medidas de prevenção do abandono escolar e promoção do sucesso educativo | 600085600    | AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. ANTÓNIO GRANJO            | 42.000             | 2015          | Chaves     | 100         | Alto Tâmega |
| 10.01 | Programa de Apoio a Alunos com Necessidades Educativas Especiais  | 600085600    | AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. ANTÓNIO GRANJO            | 885.000            | 2015          | Chaves     | 100         | Alto Tâmega |
| 10.01 | Reforço da ação social escolar nos ensinos básico e secundário  | 600085503    | AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FERNÃO MAGALHÃES-CHAVES       | 1.118.538          | 2015          | Chaves     | 100         | Alto Tâmega |
| 10.01 | Medidas de prevenção e redução do abandono escolar  | 600085503    | AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FERNÃO MAGALHÃES-CHAVES       | 598.500            | 2015          | Chaves     | 100         | Alto Tâmega |
| 10.01 | Medidas de melhoria do sucesso educativo  | 600085503    | AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FERNÃO MAGALHÃES-CHAVES       | 519.000            | 2015          | Chaves     | 100         | Alto Tâmega |
| 10.01 | Programa de Apoio a Alunos com Necessidades Educativas Especiais  | 600085503    | AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FERNÃO MAGALHÃES-CHAVES       | 399.000            | 2015          | Chaves     | 100         | Alto Tâmega |
| 10.01 | Reforço da ação social escolar nos ensinos básico e secundário  | 600021238    | AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. JÚLIO MARTINS CHAVES      | 1.085.000          | 2015          | Chaves     | 100         | Alto Tâmega |
| 10.01 | Medidas de prevenção e redução do abandono escolar  | 600021238    | AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. JÚLIO MARTINS CHAVES      | 532.000            | 2015          | Chaves     | 100         | Alto Tâmega |
| 10.01 | Programa de Apoio a Alunos com Necessidades Educativas Especiais  | 600021238    | AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. JÚLIO MARTINS CHAVES      | 360.500            | 2015          | Chaves     | 100         | Alto Tâmega |
| 10.05 | CENTRO ESCOLAR  | 506886964    | MUNICÍPIO DE BOTICAS                                 | 247.635            | 2015          | Boticas    | 100         | Alto Tâmega |
| 10.05 | JARDIM DE INFÂNCIA EB1 VILA VERDE DA RAIA   | 501205551    | MUNICÍPIO DE CHAVES                                  | 336.298            | 2015          | Chaves     | 100         | Alto Tâmega |
| 10.05 | JARDIM DE INFÂNCIA DE CHAVES  | 501205551    | MUNICÍPIO DE CHAVES                                  | 372.747            | 2015          | Chaves     | 100         | Alto Tâmega |
| 10.05 | JARDIM DE INFÂNCIA DE VIDAGO  | 501205551    | MUNICÍPIO DE CHAVES                                  | 199.104            | 2015          | Chaves     | 100         | Alto Tâmega |
| 10.05 | JARDIM DE INFÂNCIA E EB1 DO CANEIRO   | 501205551    | MUNICÍPIO DE CHAVES                                  | 236.463            | 2015          | Chaves     | 100         | Alto Tâmega |
| 10.05 | EB1 CASA DOS MONTES   | 501205551    | MUNICÍPIO DE CHAVES                                  | 157.424            | 2015          | Chaves     | 100         | Alto Tâmega |

| P.I.  | Designação   | NIF Promotor | Promotor                          | Investimento Total | Ano de Início | Concelho          | % Imputação | NUTS III    |
|-------|--|--------------|-----------------------------------|--------------------|---------------|-------------------|-------------|-------------|
| 10.05 | ESCOLA EB23 NADIR AFONSO                                 | 600086020    | DGEstE                            | 570.000            | 2015          | Chaves            | 100         | Alto Tâmega |
| 10.05 | JARDIM DE INFÂNCIA EB 1 SALTO                            | 506149811    | MUNICIPIO DE MONTALEGRE           | 270.000            | 2015          | Montalegre        | 100         | Alto Tâmega |
| 10.05 | ESCOLA SECUNDÁRIA BENTO DA CRUZ                          | 506149811    | MUNICIPIO DE MONTALEGRE           | 1.000.000          | 2015          | Montalegre        | 100         | Alto Tâmega |
| 10.05 | ESCOLA DO BAIXO BARROSO                                  | 506149811    | MUNICIPIO DE MONTALEGRE           | 192.000            | 2015          | Montalegre        | 100         | Alto Tâmega |
| 10.05 | CENTRO ESCOLAR DE RIBEIRA DE PENA                        | 506818098    | MUNICIPIO DE RIBEIRA DE PENA      | 264.750            | 2015          | Ribeira da Pena   | 100         | Alto Tâmega |
| 10.05 | ESCOLA EB2 DE CERVA                                      | 506818098    | MUNICIPIO DE RIBEIRA DE PENA      | 193.894            | 2015          | Ribeira da Pena   | 100         | Alto Tâmega |
| 10.05 | ESCOLA DE MÚSICA E DANÇA DE VALPAÇOS                     | 506874320    | MUNICIPIO DE VALPAÇOS             | 750.000            | 2015          | Valpaços          | 100         | Alto Tâmega |
| 10.05 | ESCOLA EB23 JOSÉ DOS ANJOS E EB1 JOSÉ RIBEIRINHO MACHADO | 506874320    | MUNICIPIO DE VALPAÇOS             | 150.000            | 2015          | Valpaços          | 100         | Alto Tâmega |
| 10.05 | ESCOLA SECUNDÁRIA DE VALPAÇOS                            | 506874320    | MUNICIPIO DE VALPAÇOS             | 170.000            | 2015          | Valpaços          | 100         | Alto Tâmega |
| 10.05 | PRÉ ESCOLAR  | 506810267    | MUNICIPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR | 140.000            | 2015          | Vila Pouca Aguiar | 100         | Alto Tâmega |
| 10.05 | EB1 CAMPO DE JALES                                       | 506810267    | MUNICIPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR | 20.000             | 2015          | Vila Pouca Aguiar | 100         | Alto Tâmega |
| 10.05 | CENTRO ESCOLAR DE VILA POUCA DE AGUIAR                   | 506810267    | MUNICIPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR | 100.000            | 2015          | Vila Pouca Aguiar | 100         | Alto Tâmega |
| 10.05 | ESCOLA SEDE DE VILA POUCA DE AGUIAR                      | 506810267    | MUNICIPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR | 500.000            | 2015          | Vila Pouca Aguiar | 100         | Alto Tâmega |
| 10.05 | ESCOLA BI DE PEDRAS SALGADAS                             | 506810267    | MUNICIPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR | 7.500              | 2015          | Vila Pouca Aguiar | 100         | Alto Tâmega |
| 10.05 | ESCOLA SECUNDÁRIA DE VILA POUCA                          | 506810267    | MUNICIPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR | 100.000            | 2015          | Vila Pouca Aguiar | 100         | Alto Tâmega |
| 10.05 | ESCOLA SECUNDÁRIA DE VILA POUCA-OFICINAS                 | 506810267    | MUNICIPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR | 22.500             | 2015          | Vila Pouca Aguiar | 100         | Alto Tâmega |